

Relatório de Gestão do Conselho de Administração da Associação Porto Digital, Exercício de 2011

1.1	Introdução	1
1.2	Apoio a projectos da Câmara Municipal do Porto	2
1.3	Apoio a projectos da Área Metropolitana do Porto	4
1.4	Projecto DouroIntour	4
1.5	Techmedia Forum Invest Europe 2011	4
1.6	Parceria com o ISMAI e a Alcatel-Lucent para a Criação de Laboratório Avançado de Telecomunicações	5
1.7	Cidade das Profissões	5
1.7.1	Contexto Institucional	5
1.7.2	Balanço de Actividades 2006 - 2011	6
1.7.3	Actividade 2011	7
1.7.3.1	Serviços	7
1.7.3.1.1	Atendimento Personalizado	7
1.7.3.1.2	Auto-Informação	7
1.7.3.1.3	Ciclo Mensal de Actividades	7
1.7.3.1.4	Projectos de Intervenção em Contexto Escolar	8
1.7.3.1.5	Speed Recruitment	9
1.7.3.1.6	Clubs	11
1.7.3.1.7	Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo	11
1.7.3.1.8	Outras Participações	12
1.7.3.2	Parcerias e Colaboração Transnacional	12
1.7.3.2.1	Parcerias Locais	13
1.7.3.2.2	Réseau Cité des Métiers	13
1.7.3.3	Monitorização	14
1.7.4	Recursos Humanos	14
1.8	Infraestruturas de Telecomunicações na cidade do Porto	14
1.9	Litígio com o Grupo DST e a PDONT	20
1.10	Outras informações relevantes	23
1.11	Conclusão	23

Nos termos do Código das Sociedades Comerciais e dos estatutos, vem o Conselho de Administração apresentar a V. Ex.as o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2011, e o que se perspectiva para o ano de 2012.

1.1 Introdução

A Associação Porto Digital, no exercício de 2011, concentrou-se:

- No apoio à Câmara Municipal do Porto (CMP) ao nível de alguns serviços (nomeadamente à Unidade Central de Digitalização da Direcção Municipal da Cultura, à Direcção Municipal de Sistemas de Informação, ao Gabinete de Estudos e Planeamento, ao Departamento Municipal de Educação e Juventude, e ao Departamento Municipal de Turismo);
- No apoio à Área Metropolitana do Porto, fundamentalmente no âmbito do portal dos eventos da AMP, e sua expansão para dar suporte a projectos na área do Turismo;
- No desenvolvimento do serviço Cidade das Profissões;
- Na coordenação do projecto de criação do portal oficial de turismo da cidade do Porto;

U
d
K.
Ruy

- No desenvolvimento da área das telecomunicações, rescindindo em Fevereiro 2011 por incumprimento grave o contrato de delegação de tarefas para a expansão e exploração da rede de telecomunicações da cidade do Porto efectuado com a sociedade “*Porto Digital Operador Neutro de Telecomunicações, SA*”, de modo à Associação Porto Digital poder prosseguir sózinha a expansão e exploração da rede, que durante o ano de 2010 esteve praticamente parada;
- Na realização do congresso internacional *Techmedia Invest Europe Porto 2011*
- Na execução do projecto em consórcio NORTE-02-0169-FEDER-000040 *DouroIntour — Patrimónios Durienses e Turismo Cultural* (Aviso de abertura TDIM/1/2008 Turismo Douro Imaterial, regulamento *Valorização Económica de Recursos Específicos* do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013), projecto esse cujo início de execução ocorreu em Março de 2010
- Na concretização da parceria quadripartida com o ISMAI - Instituto Superior da Maia, Alcatel-Lucent Canada, e Alcatel-Lucent Portugal; que permitiu em Maio 2011 a criação na Maia de um laboratório avançado de telecomunicações com características que o tornam único na Península Ibérica.

1.2 Apoio a projectos da Câmara Municipal do Porto

Em 2011 a Associação Porto Digital suportou alguns projectos da Direcção Municipal de Sistemas de Informação da CMP nomeadamente através da alocação de recursos humanos ao suporte directo ao data center incluindo à componente de virtualização, e na consultoria em projectos de sistemas de informação incluindo projectos no âmbito da simplificação de processos administrativos, e apoio na área da multimédia.

No âmbito da unidade central de digitalização (UCD) foram disponibilizados os recursos humanos que permitiram garantir a criação da metainformação associada a todos os processos até ao momento desmaterializados pela Câmara Municipal do Porto (certidões, processos de licenciamento urbanístico, etc.)

Com o objectivo de reposicionar, estrategicamente, o destino Porto (e Norte de Portugal) a Câmara Municipal do Porto convidou a Associação Porto Digital para liderar a coordenar uma equipa de projecto, constituída por colaboradores do Departamento Municipal de Turismo e Direcção Municipal de Sistemas de Informação, com a missão de contribuir para a definição estratégica da promoção do destino Porto, implementar uma Base de Dados de Recursos Turísticos (Pontos de Interesse) e o novo Portal de Turismo do Município do Porto. O novo Portal de Turismo visa contribuir para organização da oferta turística, apoiar o processo de decisão e o planeamento de: viagem (Visitar), residir (Viver até um ano no Município do Porto), a captação de investimento directo e eventos de negócios (MICE - Meetings, Incentives, Conventions and Exhibitions) e promover iniciativas de I&D (Negócios e I&D). A Associação para além da liderança da iniciativa proporcionou, ainda, a disponibilização de equipamento informático e as instalações de trabalho às equipas do projecto. A primeira fase do portal foi inaugurada em 23 de Maio de 2011 (<http://www.visitporto.travel>), ver Figura 1.1. A conclusão da componente principal do portal do turismo está prevista para Outubro 2012.

No âmbito do Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) avançou-se com o desenvolvimento do sistema de informação que irá permitir agrupar numa plataforma única toda a informação relativa às candidaturas, à execução e ao acompanhamento de projectos co-financiados em que o Município do Porto participe. Pretende-se que a plataforma online seja utilizada pelo GEP para apoio à preparação e acompanhamento das candidaturas, pela Direcção Municipal de Finanças e Património (DMFP) para apoio à execução financeira das candidaturas, e pelo serviço responsável pela execução física de cada projecto em questão, para apoio à execução física do projecto. A plataforma irá permitir igualmente a obtenção de dados estatísticos agregados sobre o andamento dos projectos.



Handwritten notes in blue ink, including a large 'A' at the top, a signature-like scribble, and the number '4' below it.

Figura 1.1: Portal oficial do Turismo do Porto: <http://www.visitporto.travel>, cuja versão correspondente à primeira fase foi inaugurada em Maio 2011 e que se prevê que em meados de 2013 venha a conter a maioria das funcionalidades previstas.

1.3 Apoio a projectos da Área Metropolitana do Porto

Durante o ano de 2011 prosseguiu-se com o desenvolvimento que já vinha de 2007 da plataforma de recolha de conteúdos para a revista iPorto (cerca de 90 utilizadores distribuídos pelos 16 municípios da Área Metropolitana do Porto, e o desenvolvimento do portal de eventos culturais, turísticos, desportivos e educativos da área metropolitana do Porto, com suporte para pesquisas em três dimensões (textual, geográfica e temporal). Este portal (inaugurado a 20 de Abril de 2009) continua a ser activamente desenvolvido nomeadamente no que diz respeito ao suporte para algumas das dimensões de pesquisa e no que diz respeito à extensão a outras áreas de intervenção para além da cultura (turismo, educação, desporto e lazer).

A Associação Porto Digital iniciou igualmente o suporte ao desenvolvimento da componente de educação do site da Área Metropolitana do Porto. Neste contexto está a colaborar com a AMP e com o Departamento Municipal de Educação e Juventude e com o Gabinete de Estudos e Projectos da CMP, na definição do âmbito do projecto e na criação do sistema informático de suporte. O draft do primeiro resultado, o roteiro dos espaços educativos, encontra-se disponível online em <http://maquina1.portodigital.pt/edu/>.

1.4 Projecto DouroIntour

O projecto em consórcio NORTE-02-0169-FEDER-000040 *DouroIntour — Patrimónios Durienses e Turismo Cultural* do qual a APD é um dos quatro parceiros iniciou a sua execução em Março 2010 e concentra-se no levantamento detalhado de informação turística, histórica e patrimonial sobre as Quintas do Douro anteriores às Demarcações Pombalinas e no inventário do património localizado na área de influência das mesmas. Neste contexto a APD desenvolveu o sistema informático de suporte à recolha e georeferenciação dos conteúdos (backoffice), tem dado suporte aos restantes três parceiros do projecto na componente tecnológica, e alocou um recurso humano à componente de levantamento e georeferenciação dos recursos geográficos e patrimoniais da área envolvente.

O site do projecto, cuja apresentação pública se prevê para breve, encontra-se online em <http://maquina1.portodigital.pt/dourointour/>.

1.5 Techmedia Forum Invest Europe 2011

Foi submetida pela APD em Maio 2010 e aprovada em Abril 2011 uma candidatura no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte — Congressos Internacionais, para se realizar no Porto o Techmedia Forum Invest Europe 2011, a organização deste congresso, que incluía uma componente de *Venture Academy* e uma componente de *Investment Forum*, foi efectuada em parceria com a APDC — Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações, e a Europe Unlimited.

Pretendia-se dar visibilidade e potenciar o investimento e internacionalização das novas empresas tecnológicas nacionais de Tecnologias de Informação e Comunicação através de uma academia de coaching *venture academy* seguido de um fórum internacional de Investimento. A conferência internacional TechMedia Europe Invest Porto 2011 foi realizada em 2 e 3 de Fevereiro 2011. A execução decorreu de acordo com as expectativas, tendo-se tido 145 participantes, dos quais 34 participantes estrangeiros de 8 nacionalidades (Alemanha, Bélgica, Bulgária, Espanha, França, Holanda, Reino Unido, República Checa), 34 entidades portuguesas e estrangeiras foram apoiadas no Forum, 18 entidades foram apoiadas na Academia, e foram atribuídos prémios a 9 entidades. A passagem das 30 inicialmente previstas para 34 entidades no Forum, e de 15 para 18 entidades na Academia foi feita para se tentar dar resposta ao interesse demonstrado em participar, mesmo assim algumas entidades tiveram de ser recusadas por se ter atingido a capacidade máxima do evento.

A gravação vídeo do evento, com extractos das principais apresentações, e a lista de participantes pode ser consultada online em <http://portodigital.pt/avs/anexos-FEDER-000073-2011/>.

1.6 Parceria com o ISMAI e a Alcatel-Lucent para a Criação de Laboratório Avançado de Telecomunicações

Um dos problemas que a APD tem encontrado no seu trabalho de expansão da rede de telecomunicações Porto Digital é a dificuldade em encontrar recursos humanos qualificados para operar a rede existente.

Nesse sentido, e dado que o *core* da rede do Porto utiliza equipamento Alcatel-Lucent IP MPLS, a APD em finais de 2009 iniciou negociações com a Alcatel-Lucent para tentar criar na Área Metropolitana do Porto um laboratório avançado de telecomunicações que permitisse contribuir para a formação avançada de recursos humanos.

Desta forma em 11 de Maio 2011 a APD criou na Maia, em parceria com o ISMAI - Instituto Superior da Maia, a Alcatel-Lucent Canada e a Alcatel-Lucent Portugal, no âmbito de um contrato quadripartido, o primeiro centro avançado de certificação Alcatel-Lucent na península ibérica (ver vídeo de 90 segundos do evento em http://gallery.me.com/domi_en_greet#100894). Este laboratório já começou a ser utilizado para dar cursos NRS1 (Network Routing Specialist 1) e perspectivava-se que a curto prazo possa dar cursos de certificação dos níveis superiores, nomeadamente os cursos 3RP (triple-play) e SRA (Service Routing Architect) que são os que mais interessam à Associação Porto Digital. Seguidamente o ISMAI em 17 de Outubro 2011 com o apoio da Associação Porto Digital submeteu à acreditação pela A3ES (Agência para a Avaliação e Acreditação do Ensino Superior), no contexto de uma parceria com a Associação Porto Digital, um novo ciclo de estudos de mestrado em *Tecnologias da Informação, Comunicação e Multimédia*, que tem como tema a criação de serviços e conteúdos digitais para redes de nova geração, sendo o trabalho de projecto realizado no contexto da rede de telecomunicações Porto Digital. O mestrado, que possui um cariz fortemente prático, é de 100 ECTS (2 semestres de componente lectiva + 2 trimestres de componente de projecto) e desdobra-se em 4 ramos: Produção audiovisual, Telecomunicações, Informática, e Segurança e privacidade. O Conselho de Administração da A3ES aprovou este mestrado em 14 de Maio 2012.

1.7 Cidade das Profissões

1.7.1 Contexto Institucional

A Cidade das Profissões nasceu em Outubro de 2006 como um sub-projecto do Programa Porto Digital, programa este promovido pela Câmara Municipal do Porto, em parceria com a Universidade do Porto, a Associação Empresarial de Portugal e a Metro do Porto, tendo como principal designio contribuir para a evolução de uma sociedade da Informação e do Conhecimento ao alcance de todos e para o desenvolvimento de um modelo de Cidade cada vez mais baseado na inovação, na criatividade e no conhecimento.

Baseado no modelo "*Cité des Métiers*", criado em França no início da década de 90, o projecto enquadra-se nos objectivos da Estratégia Europeia para o Emprego que preconiza uma intervenção mais sustentada e mais próxima dos cidadãos no sentido de favorecer a empregabilidade, a adaptabilidade dos recursos humanos aos novos contextos profissionais, a promoção da iniciativa e espírito empreendedor e por último, a igualdade de oportunidades para os que se relacionam, de alguma forma, com as questões do emprego e da qualidade de vida profissional, nas suas diversas fases. Foi, assim, criado um dispositivo de proximidade, promotor de uma progressiva autonomização dos cidadãos na sua relação com os serviços públicos, assumindo uma função aglutinadora e mobilizadora de recursos, numa lógica de intervenção integrada de informação, orientação e aconselhamento, até então inexistente na Cidade do Porto.

A Cidade das Profissões é, então, um serviço universal que tem como missão promover a empregabilidade e o empreendedorismo dos cidadãos, apoiando-os na gestão dos novos desafios e transições profissionais e ajudando-os a descobrir o seu potencial empreendedor, de empregabilidade e/ou de crescimento profissional e a definir novas estratégias de abordagem ao actual mercado de trabalho.

d
Ruy
u
ju

Fundamental desde a sua fundação, é o seu posicionamento de complementaridade. A Cidade das Profissões não se identifica como fim último, como uma solução em si, mas um veículo que abre caminhos para soluções. Pelo seu perfil integrador da informação dispersa pelos recursos existentes, procura promover uma resposta mais abrangente e eficaz a toda a população, facilitando a relação e a cooperação para um trabalho em rede com as várias competências e funções ao serviço da orientação e da capacitação para a empregabilidade e o empreendedorismo: Universidades, Escolas, Gabinetes de Integração Profissional, Centros de Novas Oportunidades, associações locais, entre outras. A Cidade das Profissões não quer ser uma extensão do que existe, mas antes o elo de ligação, potenciando a resposta aos cidadãos.

O projecto só existe enquanto estrutura de Parcerias Público-Privado. A Cidade das Profissões estabelece, assim, parcerias com serviços e instituições diversas, integrando num único espaço a informação das respostas locais, e acolhendo e encaminhando quem se encontra num processo de orientação vocacional, de procura de estágio, de emprego, de formação ou de desenvolvimento profissional, de mudança de vida profissional ou de criação da própria actividade. Apoiar, portanto, estudantes do ensino básico ao ensino superior, recém-licenciados à procura do primeiro emprego, desempregados à procura de emprego ou de requalificação profissional, profissionais activos à procura de desenvolvimento de novas competências ou de percursos profissionais alternativos e novas empresas resultantes de iniciativas de empreendedorismo. O projecto situa-se no espaço entre a procura do cidadão e a oferta, as oportunidades e as possibilidades de formação e emprego que o contexto actual encerra.

A Cidade das Profissões tem como principais objectivos: 1) capacitar os cidadãos na abordagem ao mercado de trabalho e nos processos de integração, transição e adaptação; 2) promover a acessibilidade a informação actual e de qualidade sobre as temáticas da empregabilidade e do empreendedorismo, que possibilite escolhas e decisões informadas; 3) habilitar os cidadãos a serem agentes activos de desenvolvimento pessoal e profissional; e 4) promover uma cultura empreendedora nos cidadãos, em particular nos jovens.

Dado o seu cariz menos orientado para as tecnologias da informação e da comunicação prevê-se que ao longo do ano de 2012 se planeie a autonomização da Cidade das Profissões da Associação Porto Digital, passando a ser uma unidade que pudesse ficar debaixo da alçada da Fundação Porto Social, o que lhe permitiria usufruir de outro tipo de sinergias que poderiam potenciar o seu desenvolvimento.

1.7.2 Balanço de Actividades 2006 - 2011

O primeiro ano de funcionamento foi marcado por mudanças sucessivas na equipa técnica e na coordenação. Este período de adaptação traduziu-se naturalmente nalguma indefinição e irregularidade de respostas. Na ausência de um plano de actividades, importava concretizar parcerias entretanto iniciadas e criar as condições de possibilidade ao estabelecer de novas alianças. Urgia reforçar, então, o papel da Cidade das Profissões enquanto plataforma de informação e orientação, pelo que em 2008 a equipa técnica desenvolveu esforços no sentido de estruturar um plano de acção e redefinir prioridades, que permitissem consolidar num curto espaço de tempo a intervenção da Cidade das Profissões, e sistematizar práticas até então irregulares. Constituíram prioridades, a actualização do atendimento personalizado, o planeamento de actividades regulares e cíclicas, o desenvolvimento de projectos, a gestão e produção de conteúdos, e a definição clara de áreas e tempos de intervenção.

Em 2009 iniciou-se uma nova dinâmica no quotidiano da Cidade das Profissões, com a realização regular de actividades no âmbito da promoção da empregabilidade, do empreendedorismo e do conhecimento sobre o mundo das profissões, actividades essas organizadas sob a forma de ciclos mensais subordinados a um tema ou a uma área profissional, e a implementação de novos projectos de intervenção em contexto escolar, promotores de desenvolvimento pessoal e vocacional, fazendo a ponte entre as matérias curriculares e o mercado de trabalho, entre as competências de estudo e as competências transversais a todos os sectores de actividade.

No final de 2009, o atendimento personalizado em permanência, a realização regular de actividades, internas e externas, no âmbito da promoção da empregabilidade, do empreendedorismo

e do conhecimento sobre o mundo das profissões e a implementação cíclica de projectos de intervenção no âmbito do desenvolvimento vocacional e das competências transversais à educação e ao mercado de trabalho, eram já práticas estabelecidas na Cidade das Profissões. Se 2008 foi um ano de conhecimento e 2009 de consolidação, a partir de 2010 a tónica foi crescimento e inovação.

Em 2010 e 2011, numa lógica de continuidade, a Cidade das Profissões procurou diariamente dar um salto qualitativo no trabalho desenvolvido e intensificar o dinamismo da sua intervenção. Em 2011, num ano marcado por um maior constrangimento económico, a tónica foi colocada na capacidade da equipa em inovar e criar oportunidades e alternativas, pela exploração de novas perspectivas de velhas temáticas e pelo estabelecimento de novas parcerias. A actividade da Cidade das Profissões no ano de 2011 pautou-se, assim, pelas seguintes linhas orientadoras: a) ir ao encontro de novos públicos, b) alargar a participação a novos parceiros e projectos, c) explorar novas formas de comunicação, e e) dar continuidade à sistematização de procedimentos e à monitorização de práticas.

1.7.3 Actividade 2011

1.7.3.1 Serviços

As novas tecnologias, a globalização da economia e o aparecimento de novas necessidades das pessoas e das empresas transformaram o mundo do trabalho e a forma como trabalhamos. Exigem-se novas competências e surgem novos perfis profissionais. Hoje, já não se trata de encontrar um emprego permanente, para toda a vida, mas ter a capacidade de integrar o mercado, adaptar-se às suas mudanças e mobilidade, e nele evoluir, ou por outras palavras ser empregável. Na Cidade das Profissões é possível encontrar ferramentas de orientação do futuro profissional, de pesquisa activa de emprego, de desenvolvimento profissional e de criação da própria actividade, numa intervenção que procura capacitar as pessoas no processo de transformar a informação em conhecimento, e promover uma autonomia que lhes permita descobrir o que querem fazer e como o fazer.

1.7.3.1.1 Atendimento Personalizado A Cidade das Profissões disponibiliza um serviço permanente de atendimento personalizado, sem marcação, centrado na informação e no aconselhamento, e estruturado em cinco pólos, nomeadamente o Pólo do Emprego, o Pólo das Profissões (orientação vocacional), o Pólo da Formação, o Pólo dos Estágios e o Pólo do Empreendedorismo. Um serviço onde se informa e apoia na resolução de dúvidas sobre estes temas, na exploração de opções e oportunidades, na definição de estratégias e na mobilização de recursos, encaminhando para as estruturas e serviços de apoio mais adequados ao pedido/necessidades da pessoa.

Durante o ano de 2011, a Cidade das Profissões realizou 1341 atendimentos (tinha realizado 1463 atendimentos em 2010). No que respeita ao atendimento à distância, via correio electrónico e telefone, foram recebidos e respondidos 1076 pedidos de informação (620 pedidos de informação em 2010). Nota-se assim uma redução de 8,33% no atendimento presencial e um aumento de 73,54% no atendimento à distância.

1.7.3.1.2 Auto-Informação A Cidade das Profissões dispõe de um espaço multimédia e de documentação, onde o utilizador poderá aprofundar a recolha de informação através da consulta da Internet e/ou de livros sobre as diversas temáticas do âmbito da intervenção do centro. Durante o ano de 2011, o serviço de auto-informação recebeu 1290 acessos (tinha recebido 993 acessos em 2010, um aumento de 29,91%).

1.7.3.1.3 Ciclo Mensal de Actividades Todos os meses, a Cidade das Profissões desenvolve actividades subordinadas a quatro grandes temas: **a) Empregabilidade** - Workshops de Procura Activa de Emprego, onde são exploradas e trabalhadas ferramentas de empregabilidade adequadas às exigências do actual mercado de trabalho e em sintonia com as necessidades das entidades empregadoras (por exemplo: Elaboração de Curriculum Vitae e de Carta de Candidatura, Simulação de Entrevistas e outras Provas de selecção, entre outros); **b) Empreendedorismo** - Workshops de promoção do espírito empreendedor e de análise do processo de criação da própria actividade

1
M
L
ju-

(cf. secção 1.7.3.1.7 “Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo”); c) **Competências-Chave** - Workshops de desenvolvimento de competências transversais que enriquecem e tornam mais competitivos os perfis profissionais, e que facilitam não só a entrada no mercado de trabalho, mas também a manutenção do posto laboral (por exemplo: Trabalhar em Equipa, Gestão do Tempo, entre outros); d) **Sector de Actividade em Análise** - Sessões informativas em que se promove o contacto directo com profissionais, empresas e instituições de ensino e formação enquadrados numa determinada área profissional, possibilitando a exploração de forma transversal dos diversos sectores de mercado. São analisadas as profissões e os perfis profissionais associados ao sector, as tendências de ocupação, as áreas emergentes e os cursos existentes (Por exemplo: Saúde e Indústria Farmacêutica, Restauração e Hotelaria, Têxtil, entre outros).

Durante o ano de 2011 foram desenvolvidas a) 62 actividades sobre empregabilidade, num total de 1106 participações (em 2010 tinham sido 56 actividades sobre empregabilidade com 1169 participações), b) 28 actividades sobre empreendedorismo, num total de 549 participações, c) 16 actividades sobre competências-chave, num total de 324 participações (em 2010 tinham sido 25 actividades com 384 participações), e) 8 actividades sobre sectores profissionais, num total de 203 participações (em 2010 tinham sido 8 actividades com 221 participações), e f) 22 sessões de exploração vocacional, num total de 440 participações (em 2010 tinham sido 34 sessões com 701 participações). Foram ainda desenvolvidas 9 actividades de apresentação dos serviços da Cidade das Profissões, num total de 104 participações (em 2010 tinham sido 5 actividades com 111 participações).

No total, em 2011 foram desenvolvidas 145 actividades, num total de 2726 participações (em 2010 tinham sido 128 actividades com 2586 participações, um aumento de 5.41% no nº de participações).

1.7.3.1.4 Projectos de Intervenção em Contexto Escolar A Cidade das Profissões desenvolve anualmente projectos em contexto escolar, promotores de desenvolvimento pessoal e vocacional, fazendo a ponte entre as matérias curriculares e o mercado de trabalho, entre as competências de estudo e as competências profissionais, transversais a todos os sectores de actividade. Os projectos em curso integram o Programa Porto de Futuro da Câmara Municipal do Porto.



- a) **(És)tudo** O projecto (És)tudo visa uma intervenção junto dos alunos do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário com o intuito de promover o desenvolvimento de competências de estudo, com ênfase nas competências transversais ao mundo do trabalho, favorecendo, em última instância, a aprendizagem e o sucesso escolar. São, então, objectivos do projecto: a) promover o desenvolvimento de competências de estudo que permitam aos jovens ter sucesso na vida escolar; b) promover o desenvolvimento de competências que sejam úteis à futura integração dos jovens no mercado de trabalho e que sejam transferíveis para os seus vários contextos de vida; c) explorar os significados atribuídos à Escola, com base em expectativas e perspectivas de futuro; d) facilitar a associação entre as competências que o aluno possui e as que este considera serem as esperadas para alcançar o sucesso em determinada disciplina em momentos de avaliação, promovendo, desta forma, o auto-conhecimento; e e) apoiar na conciliação de papéis de vida.

No âmbito da reunião de balanço do Programa Porto de Futuro, no ano lectivo 2009/2010, coordenado pelo Departamento Municipal de Educação e Juventude da Câmara Municipal do Porto, constatou-se que o projecto (És)Tudo poderia constituir uma mais-valia à intervenção do projecto de Voluntariado Estudantil Tutorial do referido Programa. Assim sendo, foi estruturada uma sessão de apresentação do projecto (És)Tudo junto dos tutores das três

instituições do ensino superior envolvidas no projecto de voluntariado - Universidade do Porto, Instituto Politécnico do Porto e Universidade Católica Portuguesa do Porto - com o objectivo de os sensibilizar para a importância desta parceria e de favorecer o desenvolvimento de estratégias e actividades promotoras de competências de estudo dos intervenientes. Em 2011, foram realizadas 2 sessões com os alunos da Universidade do Porto e do Instituto Politécnico do Porto, num total de 29 tutores (em 2010 tinham sido 2 sessões com 13 tutores).

Durante o ano de 2011, o projecto foi implementado na Associação Solidariedade e Acção Social de Ramalde, no Agrupamento Vertical Dr. Augusto César Pires de Lima e na Escola de Ensino Básico do 2º e 3º ciclos de Paranhos, tendo sido realizadas 29 sessões, num total de 12 turmas e 65 alunos (em 2010 tinham sido 15 sessões num total de 5 turmas e 62 alunos).



- b) **Cresce e Aparece** O projecto Cresce e Aparece é um projecto de intervenção precoce que tem como população-alvo os educadores e alunos do ensino pré-escolar (2-5 anos). O projecto visa apoiar os educadores numa primeira abordagem ao mundo das profissões, dotando-os de recursos lúdicos (actividades lúdico-pedagógicas, com possibilidade de recorrer à componente tecnológica), a apropriar na sua prática educativa ao longo do ano lectivo, que lhes permita acima de tudo explorar a questão género nas escolhas vocacionais das crianças. São, então, objectivos do projecto: a) incentivar a descoberta e exploração do mundo das profissões, fomentando uma postura crítica acerca dos estereótipos e preconceitos socialmente veiculados para que estes não limitem as escolhas vocacionais; b) sensibilizar para a necessidade e importância da profissão, da formação, do trabalho e do emprego para a evolução interpessoal e social, estimulando o seu sentido de responsabilidade, respeito e integração social; c) incitar a construir uma ponte entre o simbólico e situações reais, predominantes no seu meio ambiente; e d) contribuir para o respeito pela pluralidade e diferenciação de papéis patentes à nomenclatura sócio-profissional.

Durante o ano de 2011, o projecto foi implementado no Agrupamento Vertical de Escolas das Antas, nomeadamente na Escola Básica do Primeiro Ciclo/Jardim-de-Infância Monte Aventino, no Jardim-de-Infância do Centro Escolar das Antas e no Jardim-de-Infância Santo António de Contumil, e no Agrupamento Vertical Maria Lamas, nomeadamente no Jardim-de-Infância Castelos, no Jardim-de-Infância Caramila e no Jardim-de-Infância Padre Américo, tendo sido realizadas 7 sessões, num total de 9 turmas e de 143 alunos (em 2010 tinham sido 4 sessões com 5 turmas e 79 alunos).



1.7.3.1.5 Speed Recruitment

O Speed Recruitment consiste num encontro entre empresas e candidatos a emprego, constituindo uma solução de recrutamento inovadora e eficiente, de baixo custo, sem sacrifício da qualidade, que permite à empresa concentrar-se exclusivamente no candidato e identificar facilmente competências que poderão não ser observadas no contexto de uma entrevista tradicional.

Pretende-se com esta iniciativa proporcionar às empresas presentes um meio eficiente de avaliar um grande número de candidatos num curto espaço de tempo, através de mini-entrevistas de cinco minutos, o tempo suficiente para o recrutador formar uma primeira impressão e decidir

d
M
U
P

se existem bases para o agendamento de uma segunda entrevista mais formal. Constitui, acima de tudo, uma oportunidade para as empresas ampliarem a rede de contactos com potenciais colaboradores e enriquecerem as suas bases de dados de recrutamento. Para os candidatos, esta iniciativa proporciona uma oportunidade de num único dia contactarem com diversas entidades empregadoras, reforçando a sua rede de contactos, e de num curto espaço de tempo desenvolverem as suas competências de comunicação, de empregabilidade, e uma presença de qualidade, e ir ao encontro de possíveis oportunidades de emprego ou estágio, contrariando a descrença actual em relação à integração no mercado de trabalho e à evolução profissional.

A dinâmica do Speed Recruitment consiste em dispor dez empresas num circuito fechado, emparelhando cada empresa com um candidato. Após um sinal sonoro, o candidato senta-se e inicia uma entrevista de cinco minutos. Findo o período estabelecido, assinalado com novo sinal sonoro, cada candidato passa à empresa seguinte até concluir o circuito de empresas. Todos os candidatos têm, assim, oportunidade de se apresentar a todas as empresas presentes, fazendo valer a sua “marca” pessoal. Concluído um circuito, um novo grupo de candidatos é disposto perante as empresas e inicia-se um novo processo de entrevistas.

Para além do circuito de empresas, a Cidade das Profissões organiza um circuito de entidades de apoio à empregabilidade. Desta forma, torna-se possível alargar a participação a todas as pessoas que não conseguem assegurar uma vaga no circuito de empresas, sendo-lhes proporcionada a oportunidade de deixar o seu currículo e de recolher informações sobre estratégias de pesquisa activa de emprego. Este circuito de apoio possibilita, ainda, que os candidatos que aguardam a integração no circuito das empresas, potenciem a sua participação.

Realizada uma primeira edição em Março de 2010, e reconhecido o seu sucesso e carácter inovador, o Speed Recruitment estabeleceu-se como uma iniciativa de carácter anual, tendo sido realizadas duas novas edições em 2011, nos dias 28 de Junho e 16 de Novembro. No conjunto das duas edições de 2011 estiveram presentes 21 entidades e 140 participantes, tendo sido realizadas cerca de 1400 entrevistas (em 2010 tinham sido efectuadas 2 edições, 16 entidades, 190 participantes, cerca de 1900 entrevistas).

De referir que a 3ª edição do Speed Recruitment, que teve lugar no dia 28 de Junho, foi realizada em parceria com a Associação Metropolitana de Serviços e destinou-se exclusivamente aos utentes das instituições pertencentes à rede de parceiros da referida associação, nomeadamente o Centro Social e Paroquial S. Nicolau e o Serviço de Assistência das Organizações de Maria, ambas do Porto, a ADEIMA - Associação para o Desenvolvimento Integrado de Matosinhos (Loja do Emprego e Agir em Matosinhos), a Agência Local em Prol do Emprego (ALPE) de Santa Maria da Feira, a Associação Pelo Prazer de Viver e o Centro de Assistência Social à Terceira Idade e Infância de Sanguêdo, pertencentes igualmente ao concelho de Santa Maria da Feira, a Associação de Solidariedade e Acção Social de Santo Tirso, a Gaia Social Empresa Municipal, a Associação para o Desenvolvimento Integrado da Cidade de Ermesinde (Projecto InterV@L - Plano de Intervenção em Valongo), o Centro de Formação e Gabinete de Inserção Profissional do Centro Social de Ermesinde e a Santa Casa da Misericórdia da Maia (Gabinete de Inserção Profissional de Vila Nova da Telha e Gabinete de Inserção Profissional de Vermoim/Sobreiro).

Nas duas edições contou-se com a participação de entidades e empresas de referência, como a ALERT Life Sciences Computing, S.A., a Bluepoint Marketing & Eventos,, a Cerealis SGPS, a CH Business Consulting, a Decisões & Soluções, Consultores Financeiros, a Galp Energia S.A., o Grupo Auto Sueco, o Grupo CUF, S.A., o Grupo Fidelidade Mundial e Império Bonança, o Grupo Ibersol, a Helping Hand Recursos Humanos, a Multipessoal Recursos Humanos, a my Partner, a Randstad Portugal, a Tempo-Team Recursos Humanos, o Instituto de Emprego e Formação Profissional e Rede EURES, a IncubIT, o Centro de Formação Profissional Mota-Engil, o Centro de Novas Oportunidades da Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves e a Avós & Netos.

No sentido de dar a conhecer a dinâmica e objectivos da iniciativa, foram realizadas 11 sessões de apresentação e sensibilização, no conjunto das duas edições, num total de 225 participações. Reconhecida a necessidade de otimizar a participação dos candidatos a emprego nos circuitos, pela capitalização das suas competências de empregabilidade, foram realizadas 17 sessões de preparação para o Speed Recruitment, no conjunto das duas edições, num total de 224 participações.

Os participantes tiveram, assim, oportunidade de conhecer previamente a dinâmica do evento, construir ferramentas de empregabilidade adequadas a um evento de pitching (cartão comercial, curriculum vitae, carta de agradecimento, etc.), tendo sido sensibilizados para a importância da sua imagem e apresentação pessoal e para os comportamentos e atitudes a adoptar em situação de networking.



1.7.3.1.6 Clubs

Os Clubs foram criados pela Cidade das Profissões em 2010, com base numa iniciativa com o mesmo nome desenvolvida na Cidade das Profissões de Paris. Os Clubs são intervenções de pequeno grupo, na modalidade de consultadoria, tendo em vista o desenvolvimento profissional dos participantes. Partindo de um dado tema, a equipa de intervenção desenvolve estratégias de trabalho adaptadas aos participantes e assume uma postura facilitadora do seu desenvolvimento profissional. Independentemente do tema tratado, existe um denominador comum a todos os Clubs: o investimento na definição de um projecto profissional e o desenvolvimento de estratégias para a sua concretização. Em 2011, foram dinamizados 2 Clubs, num total de 8 sessões, com a presença de 12 participantes (em 2010 tinham sido 4 Clubs, 19 sessões, 44 participantes). Os Clubs desenvolvidos deram destaque à problemática da integração no mercado de trabalho, distinguindo-se as abordagens pelas características dos públicos-alvo para que foram desenhados. O primeiro, Club Mobilidade Internacional, tinha como público-alvo jovens licenciados com menos de dois anos de experiência profissional à procura de oportunidades de estágio ou emprego fora de Portugal, e o segundo, Club +40, destinou-se a pessoas com 40 ou mais anos de idade, com o 12º ano de escolaridade, em processo de pesquisa activa de emprego.



1.7.3.1.7 Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo

O Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo (GAE) iniciou a sua actividade no dia 1 de Setembro de 2009, enquadrado no âmbito do Programa de Acção para a Reabilitação Urbana do Morro da Sé. O GAE é co-financiado pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional, no âmbito do Novo Norte - Programa Operacional Regional do Norte, e representa um investimento total de 91.824 €, com uma comparticipação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) de 49.000 €.

Procura-se com esta operação apoiar o espírito empreendedor mediante a congregação de forças e oportunidades que contribuam para a instalação de novas empresas e actividades promovidas por jovens empresários possibilitando, não só, a criação do próprio emprego, mas também o aumento da oferta de trabalho na zona. Em coordenação com outras entidades já instaladas no terreno, procura-se disponibilizar uma acção concertada para a Baixa e no Centro Histórico do Porto de acordo com os objectivos delineados para a mesma, tornando-a de novo um local para Viver e Trabalhar.

O Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo tem, assim, como objectivos específicos a) promover e apoiar o Empreendedorismo, fomentando o espírito empresarial e o auto-emprego, b) dinamizar a criação de empresas e de novos postos de trabalho na Baixa e Centro Histórico do Porto, contribuindo para o desenvolvimento económico local e regional, e c) potenciar a instalação de empresas de serviços de proximidade que contribuam para a re-habitação e o reforço

A
P
U
pe

do sentido de pertença e coesão social. E propõe-se a alcançá-los pela apresentação de conceitos e ferramentas para a acção empreendedora, pelo desenvolvimento de competências e habilidades empreendedoras, pela capacitação do indivíduo para as actividades profissionais básicas de gestão de um negócio, pela orientação dos indivíduos durante a persecução de todas as etapas de criação de um negócio até a elaboração de um projecto viável de empresa e pela promoção do diálogo e pelo estabelecimento de parcerias no âmbito da actividade empreendedora.

Embora inserido numa lógica de continuidade com o trabalho já desenvolvido pela Cidade das Profissões, a criação do Gabinete permitiu sistematizar actividades e dar um salto qualitativo no apoio prestado. Para além do encaminhamento para outros serviços e entidades, já assegurado pelo Pólo do Empreendedorismo, tornou-se possível, a partir de então, e pela integração na equipa técnica da Cidade das Profissões de um técnico superior de economia, apoiar e acompanhar, passo a passo, a criação da empresa, estabelecendo os circuitos de apoio possíveis desde a geração e gestação da ideia até à concretização da mesma num negócio.

O GAE funciona numa lógica de “Loja de Empresa”, isto é, de um espaço de atendimento articulado e focalizado em torno de uma vasta gama de serviços, cada um deles apto a responder a pedidos específicos por parte da comunidade empreendedora e a prestar auxílio ao indivíduo que pretenda dar os primeiros passos em direcção à consolidação da sua ideia e na identificação dos serviços de apoio (informação, aconselhamento, formação, acompanhamento, financiamento, etc.) que melhor se adequam ao seu caso específico.

Durante o ano de 2011, foram realizados 370 atendimentos e respondidos 305 pedidos de informação (atendimento à distância), em 2010 tinham sido 306 atendimentos e 40 pedidos de informação. Foram acompanhados 65 projectos, dos quais 29 eram já acompanhados em 2010, tendo sido realizadas 64 reuniões de desenvolvimento de projecto. No âmbito do estabelecimento de novas parcerias, foram realizadas 42 reuniões com entidades de áreas diversas, como consultoria, financiamento, apoio pré e pós-criação de empresas, entre outras. O GAE deu apoio à criação de 5 empresas e de 23 novos postos de trabalho (em 2010 tinham sido 8 empresas e 24 novos postos de trabalho). No âmbito das acções de gestão do Programa de Acção para a Reabilitação Urbana do Centro Histórico, foi realizada 1 reunião com a Porto Vivo - Sociedade de Reabilitação Urbana, entidade promotora do referido Programa de Acção.

1.7.3.1.8 Outras Participações Durante 2011, com o objectivo de divulgar os seus serviços, a Cidade das Profissões participou em feiras de cariz profissional e formativo, nomeadamente na Feira internacional de Emprego para Profissionais da Saúde, promovida pela Bluepoint e pela Diáspora dos Enfermeiros, na Mostra de Formação Profissional da Escola do Ensino Básico do 2.º e 3.º ciclos de Pêro Vaz de Caminha e na Feira de Emprego e Empreendedorismo do Instituto Superior de Engenharia do Porto. Com o mesmo objectivo, a Cidade das Profissões participou com comunicação em 2 conferências, uma organizada pela Associação de Estudantes da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, no âmbito da Semana de Psicologia e Ciências da Educação, e outra organizada pela Quadros & Metas, na Casa da Cultura de Alfândega da Fé, sobre Dinâmicas de Criação de Emprego.

Em parceria com a AIESEC, foi organizado um Roadshow, uma iniciativa itinerante por estabelecimentos de ensino superior, mediante um balcão de atendimento, com o objectivo de aconselhar e informar os estudantes sobre questões de empregabilidade e de empreendedorismo. A Cidade das Profissões esteve presente na Universidade Católica Portuguesa - Pólo da Foz, no Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo e na Universidade Portucalense.

1.7.3.2 Parcerias e Colaboração Transnacional

Embora o reforço das relações com entidades parceiras e o estabelecimento de novas parcerias seja uma constante nas linhas que pautam a actividade da Cidade das Profissões, era fundamental investir no alargamento da rede de parceiros. Tal concorreu para a Cidade das Profissões chegar a novos públicos, consolidar a sua intervenção e, em particular, reforçar o seu perfil integrador da informação dispersa pelos recursos locais, promovendo uma resposta de qualidade e mais eficaz a todos os cidadãos.

1.7.3.2.1 Parcerias Locais O reforço das relações com entidades parceiras e o estabelecimento de novas parcerias é uma constante nas linhas que pautam a actividade da Cidade das Profissões. Embora seja da responsabilidade da Cidade das Profissões a escolha das temáticas a explorar, as actividades mensais são desenvolvidas em estreita colaboração com outras entidades. Com efeito, as entidades parceiras participam activa e regularmente na organização das diversas sessões e iniciativas.

Durante o ano de 2011, no sentido de realizar parcerias e alianças estratégicas que contribuíssem para a qualidade e relevância da actividade da Cidade das Profissões, foram realizadas 106 reuniões com diversas entidades (em 2010 tinham sido 98 reuniões), donde se destacam: Academia das Emoções, Agência CMI - Contact Management Intelligence, Agência de Desenvolvimento Integrado de Lordelo do Ouro (ADILO), AIESEC, Agrupamento Vertical Dr. Augusto César Pires de Lima, Associação Campo Aberto, Associação Metropolitana de Serviços, Associação Nacional de Jovens Empresários, Associação Nacional de Pequenas e Médias Empresas, Associação para o Desenvolvimento Integrado da Cidade de Ermesinde (ADICE), Associação para o Desenvolvimento Integrado de Matosinhos (ADEIMA), Beta, Sociedade de Capital de Risco S.A., Centro de Reabilitação Profissional da Areosa, Centro Social do Barredo, Decisões & Soluções, Consultores Financeiros, Departamento Municipal da Educação e Juventude da CMP, Dual - Centro de Formação Profissional, Escola EB 2/3 Paranhos, Esther Liska - Consultoria de Imagem, Forma e Conteúdos, Fundação da Juventude, Federação Académica do Porto, Gabinete de Integração na Vida Activa do Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Grupo Comunitário "Nós do Centro", Grupo Ibersol, IncubIT, Job Fair Group, Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, Instituto de Empreendedorismo Social, Instituto Politécnico do Porto, Junior Achievement, Junta de Freguesia de Paranhos, Junta de Freguesia da Senhora da Hora, Mind Center, Ordem dos Psicólogos, Projecto Pular a Cerca (Programa Escolhas), Porto Vivo - Sociedade de Reabilitação Urbana, PowerCoaching, Profitecla, Sociedade Portuguesa de Desenvolvimento Pessoal, Startup Pirates, TOTh - Skills to Success, Universidade Católica Portuguesa, Universidade Portucalense do Porto, entre outras.



1.7.3.2.2 Réseau Cité des Métiers

Em 2011, a Cidade das Profissões manteve um papel activo no seio da rede internacional Réseau Cité des Métiers, tendo participado, com a presença de três elementos da sua equipa técnica, no Winter School 2011, que teve lugar em Genebra, na Suíça, nos dias 31 de Janeiro, 1 e 2 de Fevereiro. O Winter School é o encontro internacional de Cidades das Profissões, que tem lugar uma vez por ano, para partilha de saberes e experiências, e estímulo à colaboração na Rede. Nela são apresentadas novas ferramentas de trabalho com vista à uniformização de práticas por parte de todas as Cidade das Profissões que integram o Réseau Cités des Métiers e constituiu uma oportunidade única para o desenvolvimento um trabalho sustentado, assente em saber, em parcerias efectivas e na partilha de boas práticas.

Ainda ao nível da colaboração internacional, a Cidade das Profissões deu continuidade à sua participação no "Projet Réseau Européen de Formateurs à l'Intercompréhension de Langues Romanes", inserido no quadro do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida da União Europeia, Sub-Programa Grundtvig (Parcerias de Aprendizagem). Este projecto, com duração de dois anos (início a 1 de Agosto de 2010 e término a 31 de Julho de 2012), consiste na concepção de uma metodologia de formação promotora da intercompreensão das línguas românicas, por uma rede europeia de formadores em línguas vizinhas - Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (Portugal), *Association Mondes Parallèles* (França), *Sapienza - Università di Roma* (Itália). A Intercompreensão constitui-se numa proposta didáctica inovadora que promove a aprendizagem simultânea de várias línguas pertencentes a uma mesma família através da optimização de recursos oferecidos

A
P
U
J

d
M
C
J

pela proximidade entre as línguas. Esta competência de compreensão plurilingue favorece a comunicação através da compreensão cruzada, uma vez que cada conselheira utiliza a sua própria língua e compreende aquela do seu interlocutor. A metodologia em desenvolvimento destina-se a um público adulto implicado em contextos profissionais multinacionais no sentido de facilitar o intercâmbio de experiências e a mobilidade.

Três Cidades das Profissões do *Réseau Cité des Métiers* participam neste projecto enquanto formandos, debatendo os desafios que as diferenças linguísticas e culturais colocam às parcerias transnacionais. Porto, Roma, Marselha são as cidades representantes das línguas faladas no seio do *Réseau*. Este projecto traduz-se num conjunto de mobilidades internacionais com vista, então, ao intercâmbio de práticas e conhecimentos entre os formadores e os colaboradores das quatro cidades das profissões participantes. A Agência Nacional PROALV atribuiu à Cidade das Profissões uma subvenção de dezasseis mil euros para a realização de 12 mobilidades transnacionais no âmbito da Acção Parcerias de Aprendizagem do Programa Sectorial Grundtvig - Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida.

Em 2011, no âmbito deste projecto, foram realizadas duas mobilidades a Roma, a primeira, de 30 de Março a 2 de Abril, e a segunda, de 8 a 11 de Novembro. A Cidade das Profissões do Porto organizou, ainda, uma das reuniões transnacionais, que teve lugar de 29 de Junho a 1 de Julho. Embora tratando-se essencialmente de uma metodologia de formação à distância, no dia 25 de Março foi realizada na Cidade das Profissões do Porto uma formação presencial, num total de 8 horas, com as formadoras da Universidade Católica Portuguesa.

1.7.3.3 Monitorização

Dando continuidade a um trabalho já iniciado em 2009, em 2011 procedeu-se à identificação, análise, revisão e documentação daqueles que são considerados os processos-chave no cumprimento da missão da Cidade das Profissões, de forma a consolidar um modelo de gestão que potencie melhorias em todas as áreas de intervenção, e a preparar a implementação de um sistema de gestão da qualidade conducente a longo prazo à certificação segundo a norma NP EN ISO 9001:2008.

A Cidade das Profissões quer ser reconhecida como um serviço de referência na promoção da empregabilidade e do empreendedorismo, e sê-lo-á, certamente, ao assegurar em permanência a qualidade dos serviços dirigidos a todos os cidadãos e centrados nas suas necessidades.

1.7.4 Recursos Humanos

Em 2011, a equipa da Cidade das Profissões desenvolveu a sua actividade com um total de sete elementos. O reconhecimento do trabalho desenvolvido pela Cidade das Profissões resultou no interesse crescente pelo serviço enquanto contexto de estágio e de voluntariado capaz de proporcionar experiências de aprendizagem ricas, pela diversidade de públicos que serve e pela qualidade dos serviços que lhes proporciona. Em 2011, a Cidade das Profissões contou com a colaboração de três estagiários curriculares, dois da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e um da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa.

1.8 Infraestruturas de Telecomunicações na cidade do Porto

O projecto de criação da Porto Digital Operador Neutro de Telecomunicações, SA, (PDONT) não teve os resultados esperados devido ao comportamento assumido pelo parceiro privado, Grupo DST, seleccionado por ajuste directo com convite a 5 entidades, para ficar com 49% da sociedade e com o controlo de gestão durante os primeiros 12 anos do projecto. O projecto teve início em 20 de Fevereiro de 2009 e já em Julho 2009 existiam fortes indícios de problemas estruturais com o desenvolvimento do projecto, no entanto durante todo o ano de 2009 e o início de 2010 a Associação Porto Digital foi colmatando as falhas identificadas tentando proteger o andamento do projecto. Tendo a parceria com o Grupo DST falhado e as duas negociações efectuadas ao

longo do ano de 2010 com o Grupo DST igualmente falhado por intransigência do Grupo DST, a APD iniciou em Outubro 2010 o processo de rescisão do contrato de delegação de tarefas para a expansão e exploração da rede de telecomunicações da cidade do Porto. A rescisão do contrato produziu efeitos em Fevereiro 2011, tendo o Grupo DST colocado em Março 2011 uma providência cautelar junto do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto para tentar evitar que essa rescisão pudesse produzir efeitos. Em Outubro 2011 o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto recusou a providência cautelar colocada pela DST, pelo que do ponto de vista formal pelo menos desde essa data é a APD quem possui a gestão efectiva da rede.

Com a rescisão do contrato a APD continuou a expansão da rede de telecomunicações:

- Ao longo de 2011 diversas escolas EB1 foram ligadas à rede, no final de 2011 estavam ligadas à rede as seguintes 30 escolas: EB1 Bandeirinha, EB1 Bom Sucesso, EB1 Carlos Alberto, EB1 Condominhas, EB1 Constituição, EB1 Costa Cabral, EB1 Fonte da Moura, EB1 S. João da Foz, EB1 dos Miosótiis, EB1/JI Azenha, EB1/JI Campinas, EB1/JI Campo 24 de Agosto, EB1/JI Caramila, EB1/JI Castelos, EB1/JI Cerco do Porto, EB1/JI Correios, EB1/JI Corujeira, EB1/JI Covelo, EB1/JI Lomba, EB1/JI Lordelo, EB1/JI Monte Aventino, EB1/JI N.ª. S.ª. Campanhã, EB1/JI Pasteleira, EB1/JI Paulo da Gama, EB1/JI S. Nicolau, EB1/JI S. Roque da Lameira, EB1/JI Viso, EB1/JI da Sé, EB1/JI das Flores, EB1/JI do Falcão.
- Colocação de infraestruturas de telecomunicações no Bairro do Lagarteiro, que passou a ser o 15.º bairro social ligado à rede Porto Digital
- Ligação à rede de diversos locais do sistema de saúde do Porto (em finais de Fevereiro 2012 ficaram ligados à rede todos os locais pretendidos), de modo a permitir que mais tarde possam ser activados links simétricos sem contenção a 1 Gbps entre todos os locais do Porto debaixo da tutela da ARS Norte e entre estes e os hospitais do Porto

Note-se que com a transição para a Televisão Digital Terrestre (TDT) a população dos 15 bairros sociais do Porto que possuem serviço de televisão gratuita disponibilizado pela Associação Porto Digital passaram a ser provavelmente as únicas populações em Portugal que apesar de usufruírem de um serviço gratuito não necessitam de mudar de televisor ou adquirir um conversor para TDT dado que a conversão é efectuada pela Associação Porto Digital.

Prevê-se que em 2012 sejam ligadas à rede as restantes escolas EB1 públicas do Porto, isto facilitará a manutenção em funcionamento das soluções de hardware e software colocadas nas EB1 do Porto no âmbito do projecto Crescer Interactivo do Departamento Municipal de Educação e Juventude, projecto esse que tem vindo a ser apoiado pela Associação Porto Digital.

De modo a preparar a rede de telecomunicações para uso pelos operadores de telecomunicações dois operadores de telecomunicações, a ONI e a ZON, foram ligados à rede Porto Digital.

De modo a permitir avaliar a dimensão actual da rede de telecomunicações, que desde 2006 tem vindo a ser criada e expandida pela Associação Porto Digital, apresenta-se de seguida um conjunto de figuras com a cobertura geográfica da rede. O conjunto das figuras que se seguem, apresentam sucessivamente:

- Uma visão de conjunto da rede, em que as diferentes cores mostram a evolução temporal da criação da rede (parte superior da Figura 1.2);
- O backbone da rede, que dá suporte a toda a rede e que possui 5 pontos de presença e um core a 10 Mbps (parte inferior da Figura 1.2);
- Os sub-aneis da rede, que representam a componente de distribuição (parte superior da Figura 1.3);
- A rede de acesso através da qual são ligados à rede cerca de 200 locais de diversas entidades públicas e privadas (parte intermédia da Figura 1.3);
- A rede de televisão que permite distribuir o sinal de TV para 15 bairros sociais (parte inferior da Figura 1.3);

1
a
M
U
J

d

Porto

U

fu

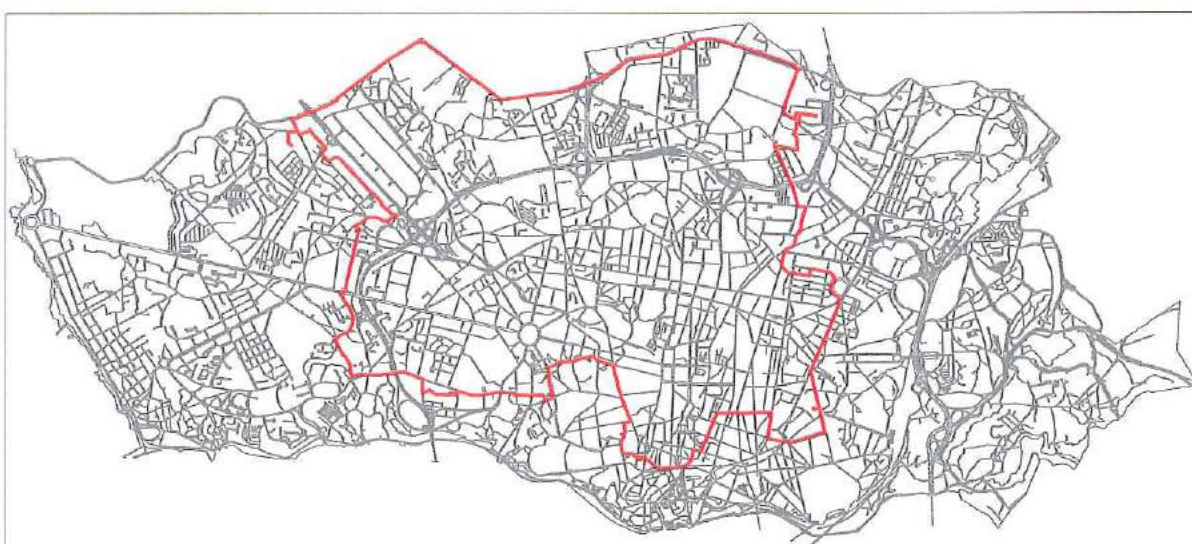
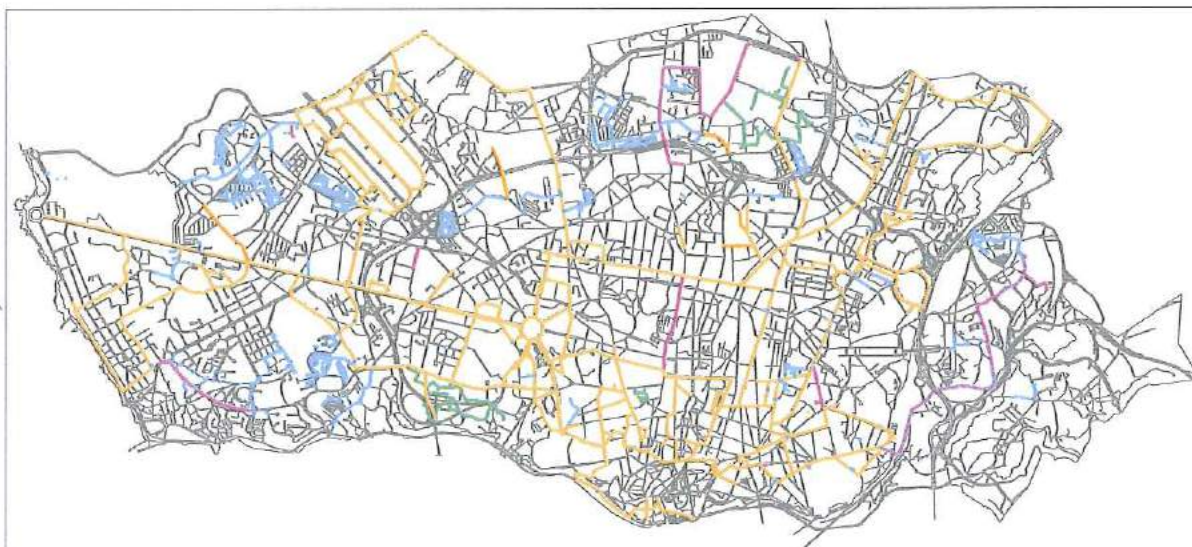


Figura 1.2: A figura superior representa a cobertura geográfica da rede de condutas da APD e dos seus associados, as diferentes cores (castanho, laranja, azul, verde, roxo), representam o contexto em que as condutas foram criadas. A figura inferior representa a fibra do anel do backbone, note-se que existe uma parte do percurso ao longo da circunvalação cujas condutas não pertencem à APD mas sim à ADDP, e por isso não estão representadas na figura superior.

- A ligação da rede Porto Digital a outros municípios da Área Metropolitana do Porto através da rede das Águas do Douro e Paiva (Figura 1.4);
- O modo como se pretende interligar entre si diversos parques empresariais da Área Metropolitana do Porto recorrendo à rede Porto Digital, à rede das Águas do Douro e Paiva, e à criação de pequenas extensões de condutas nos locais de destino (Figura 1.5);
- A rede WiFi de acesso gratuito da cidade do Porto (Figura 1.6).

Dado que todas estas redes estão interligadas entre si e estão ligadas às redes de alguns operadores de telecomunicações, o potencial valor económico da infraestrutura existente é bastante significativo, embora na maioria dos casos em que se pretenda ligar um novo local seja necessário a realização de uma pequena obra de criação de infraestrutura.

A
M
U
J

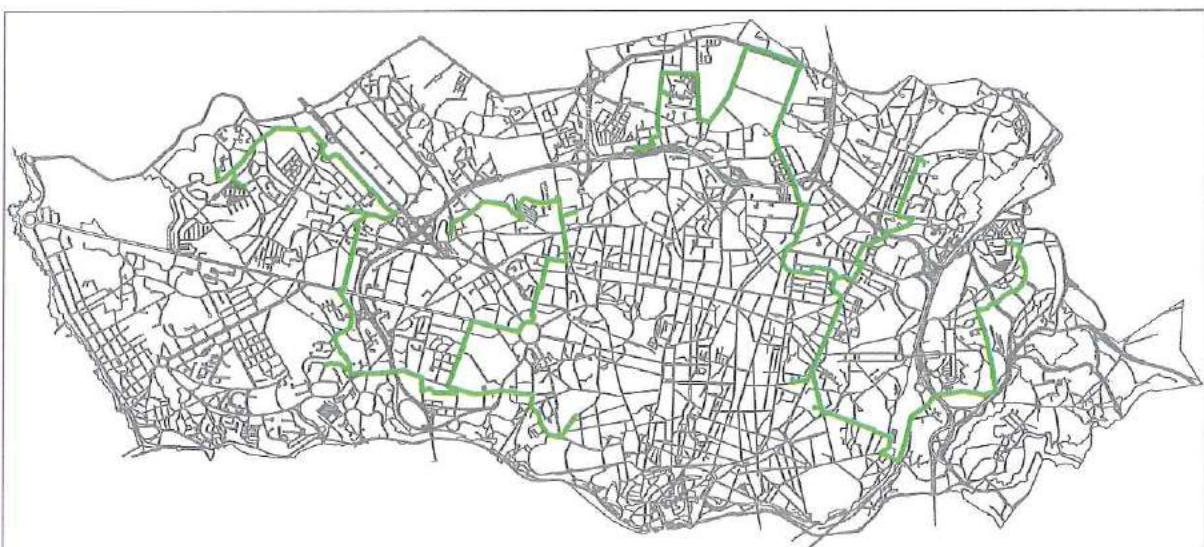
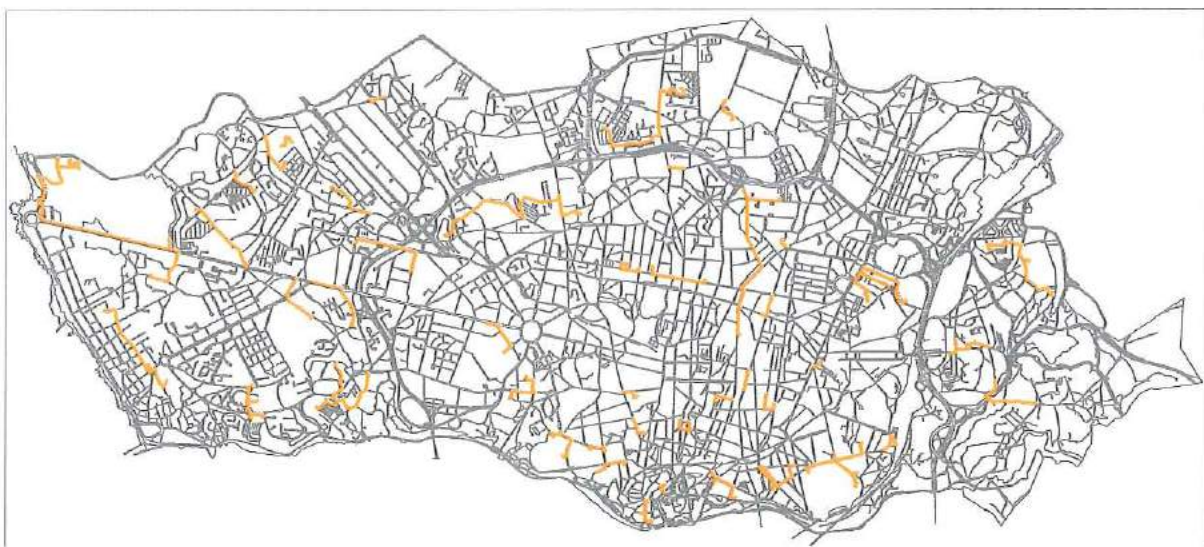
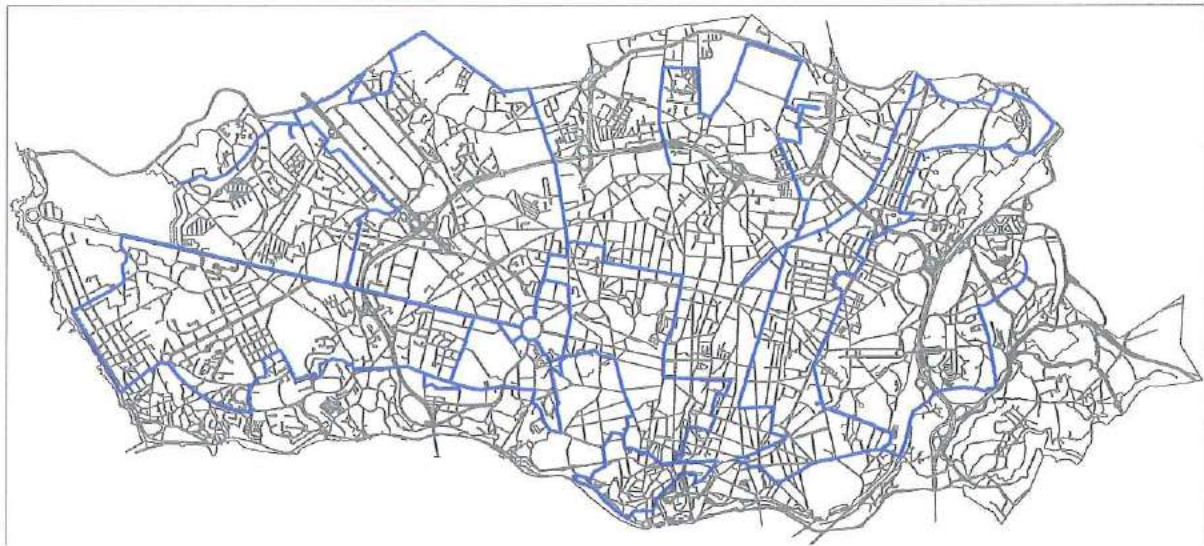


Figura 1.3: De cima para baixo a fibra óptica instalada para a distribuição (sub-anéis, alguns deles ainda não se encontram fechados), acesso (ligação dos diferentes locais à rede) e RF Overlay (serviço aos bairros sociais).

d
Proj
u
ju.

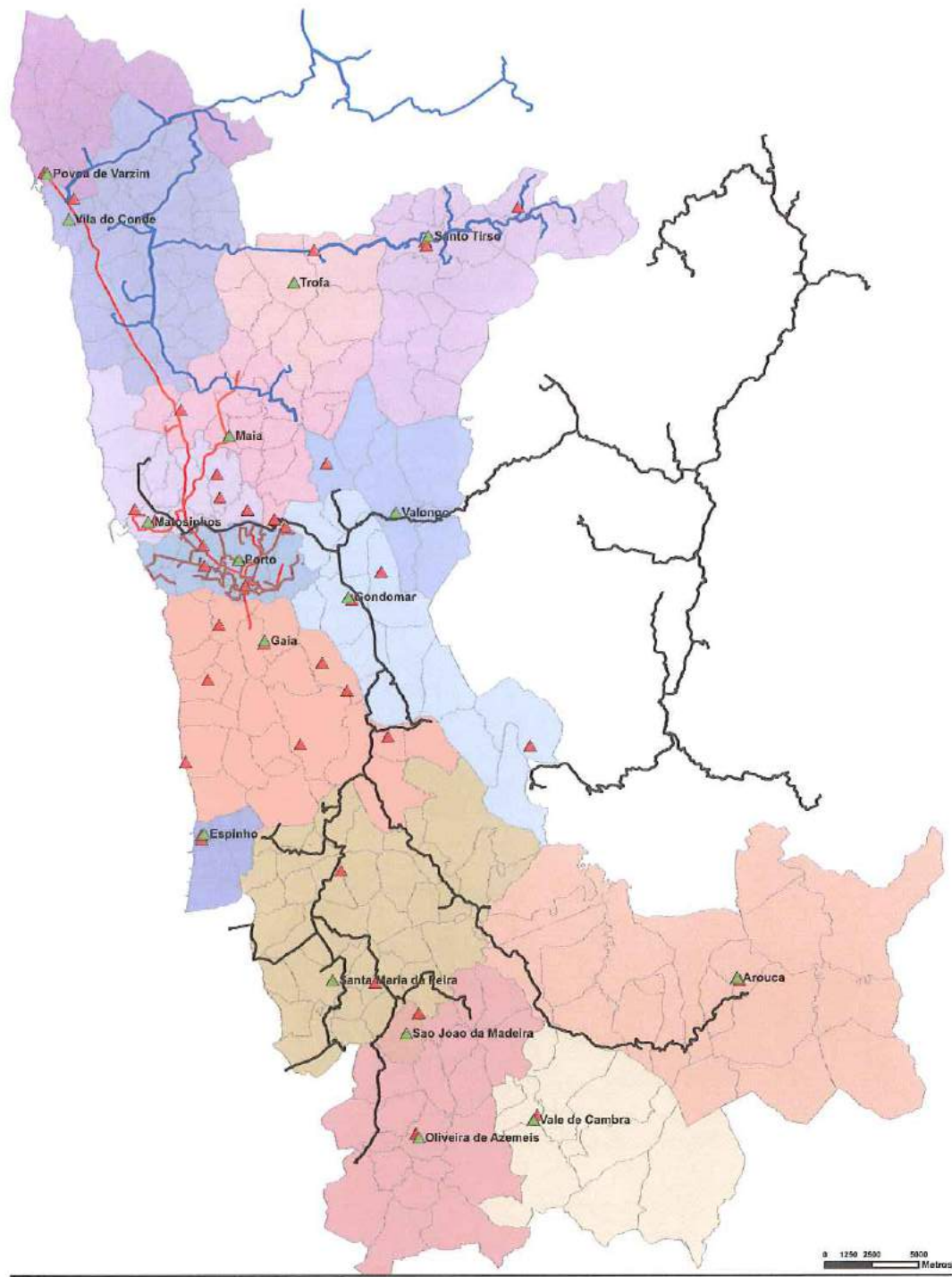


Figura 1.4: Mapa com a representação dos 16 concelhos da Área Metropolitana do Porto e das principais redes de telecomunicações que não pertencem a operadores comerciais de telecomunicações: rede da ADDP (a preto), rede do Porto (a castanho), rede da Maia (não representada por ser de pequena dimensão), rede das Águas do Noroeste (a azul), rede da Metro do Porto (a vermelho), rede de São João da Madeira (não representada por ser de pequena dimensão).

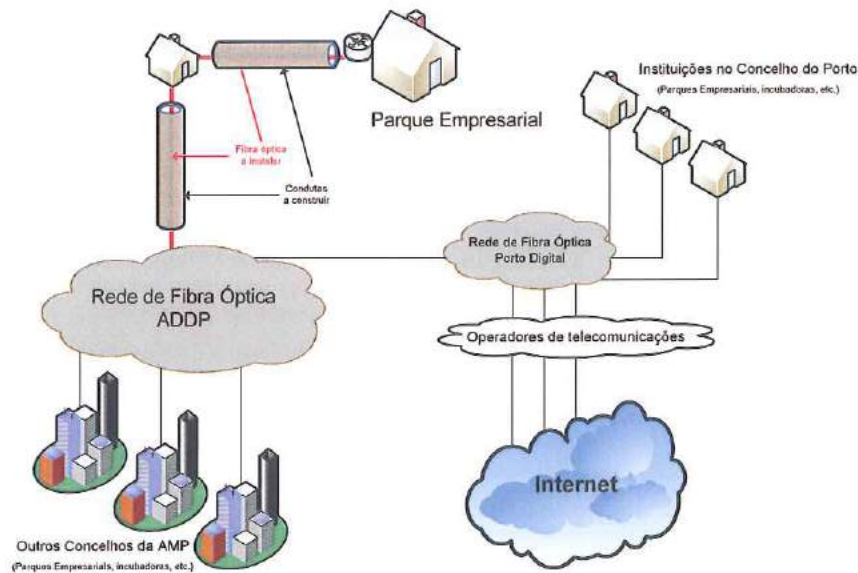


Figura 1.5: Recorrendo à rede de telecomunicações das Águas do Douro e Paiva (ADDP) ligar à rede Porto Digital parques empresariais de outros concelhos da AMP, de modo a financiar a interligação das redes. Neste momento a APD já efectuou a construção das condutas que permitem via a rede da ADDP interligar entre si e à rede da APD o TecMaia (Maia), FeiraPark / Europarque / IDIT (Santa Maria da Feira), e Saojotec (São João da Madeira). Está-se a analisar a ligação da Exponor (Matosinhos).

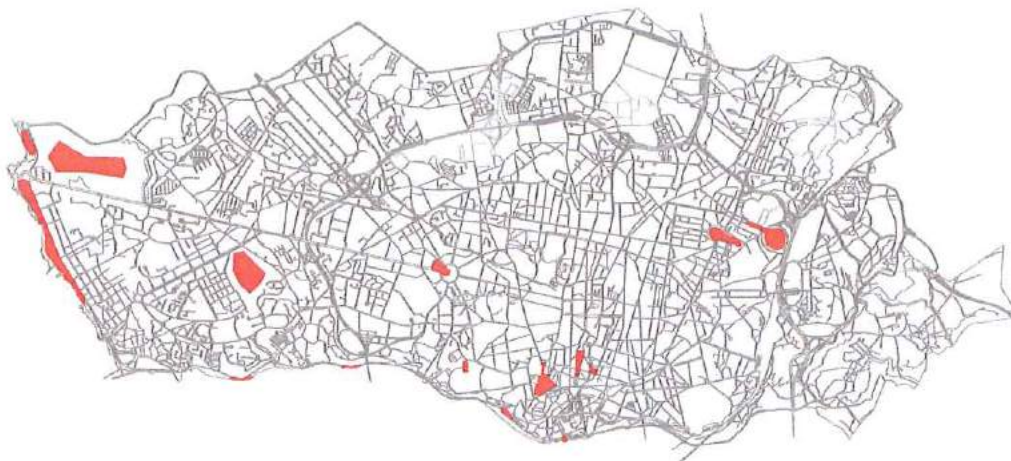


Figura 1.6: A rede WiFi do Porto de acesso gratuito colocada em locais emblemáticos da cidade

1.9 Litígio com o Grupo DST e a PDONT

Dado existirem diversas acções colocadas contra a APD quer pelo Grupo DST quer pela PDONT, interessa sumarizar a razão da sua existência e o estado actual das mesmas.

Em Outubro 2008 a APD deu início a um procedimento contratual de acordo com o Código dos Contratos Públicos (CCP) com vista a criar, em parceria com uma entidade privada a seleccionar por concurso, uma empresa denominada PDONT (Porto Digital Operador Neutro de Telecomunicações, SA), ficando delegado na PDONT a responsabilidade pela manutenção e expansão da rede de telecomunicações existente. A PDONT foi criada em Fevereiro 2009, ficando a APD com 51% do capital e o Grupo DST com 49% do capital. As principais responsabilidades da APD eram disponibilizar o direito de uso da rede existente, apoiar a PDONT no contexto do relacionamento com entidades públicas, e colocar uma prestação acessória gratuita de 446 mil euros mal a Fase 1 estivesse concluída. As principais responsabilidades do Grupo DST eram colocar prestações acessórias gratuitas até 81 milhões de euros¹ e liderar a execução do projecto, ficando com o controlo de gestão nos primeiros 12 anos do projecto e tendo direito a 90% dos lucros.

Em Dezembro 2009 a PDONT afirmou que a Fase 1 estava concluída e solicitou que a APD colocasse a prestação acessória. A APD contestou que a Fase 1 estivesse concluída, efectuou um processo detalhado de fiscalização do estado da obra, e em consequência dessa auditoria em Abril 2010 aplicou à PDONT uma multa de 4,27 milhões de euros. A PDONT e a comissão executiva da PDONT, constituída exclusivamente por elementos indicados pelo Grupo DST, declinaram qualquer responsabilidade pelo estado do projecto e responsabilizaram a APD e a Câmara Municipal do Porto. A Figura 1.7 sumariza uma parte dos diferendos existentes.

Em Outubro 2010 a APD iniciou o processo administrativo com vista à eventual resolução do contrato com a PDONT. Em Novembro e Dezembro 2010 ocorreu uma tentativa negocial que tinha como objectivo atingir um acordo em que se dividisse em partes iguais os prejuízos tidos por ambas as partes, considerando somente os custos reais que cada entidade tinha tido com o projecto. A negociação foi abortada pela APD quando o Grupo DST em Dezembro 2010 solicitou à APD um pagamento 3,6 milhões de euros para abandonar o projecto, montante esse que era de cerca do triplo do que a APD estimava tivessem sido os custos reais do Grupo DST com o projecto. Em Fevereiro 2011 a APD rescindiu o contrato com a PDONT e assumiu a gestão da totalidade da rede.

Em consequência deste litígio com o Grupo DST e com a PDONT, foram colocadas por estas entidades as seguintes acções, duas delas já concluídas e quatro delas ainda em curso:

1. Acção colocada pela PDONT contra o Conselho de Administração da APD em 19 de Novembro 2010 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 3325/10.3BEPRT, tem como objectivo evitar o pagamento pela PDONT da sanção contratual de 4.272.624,96 €. O TAF do Porto em 18 de Abril 2012 informou a APD e a PDONT de que se lhe afigurava ser discutível a natureza jurídico-pública do contrato e do acto sancionatório impugnado, pedindo às partes que se pronunciassem. A APD em 30 de Abril 2012 apresentou as razões porque considerava que se tratava de um contrato na esfera pública e que portanto a APD considerava o tribunal competente;
2. Providência cautelar colocada pelo Grupo DST contra o Conselho de Administração da APD em 29 de Março 2011 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 970/11.3BEPRT, tem como objectivo a suspensão da eficácia da rescisão do contrato de delegação de tarefas de expansão e exploração da rede de telecomunicações da cidade do Porto. Em 3 de Outubro 2011 o TAF do Porto deu uma sentença a favor da APD;
3. Acção colocada pelo Grupo DST contra o Conselho de Administração da APD em 10 de Maio 2011 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 1472/11.3BEPRT, tem como objectivo a suspensão da eficácia da rescisão do contrato de delegação de tarefas de

¹A estimativa efectuada pela APD apontava para cerca de 8 milhões de euros de investimento do parceiro privado a colocar no formato de prestações acessórias gratuitas. Esse montante só se transformou em 81 milhões de euros devido às características da proposta apresentada pelo Grupo DST.

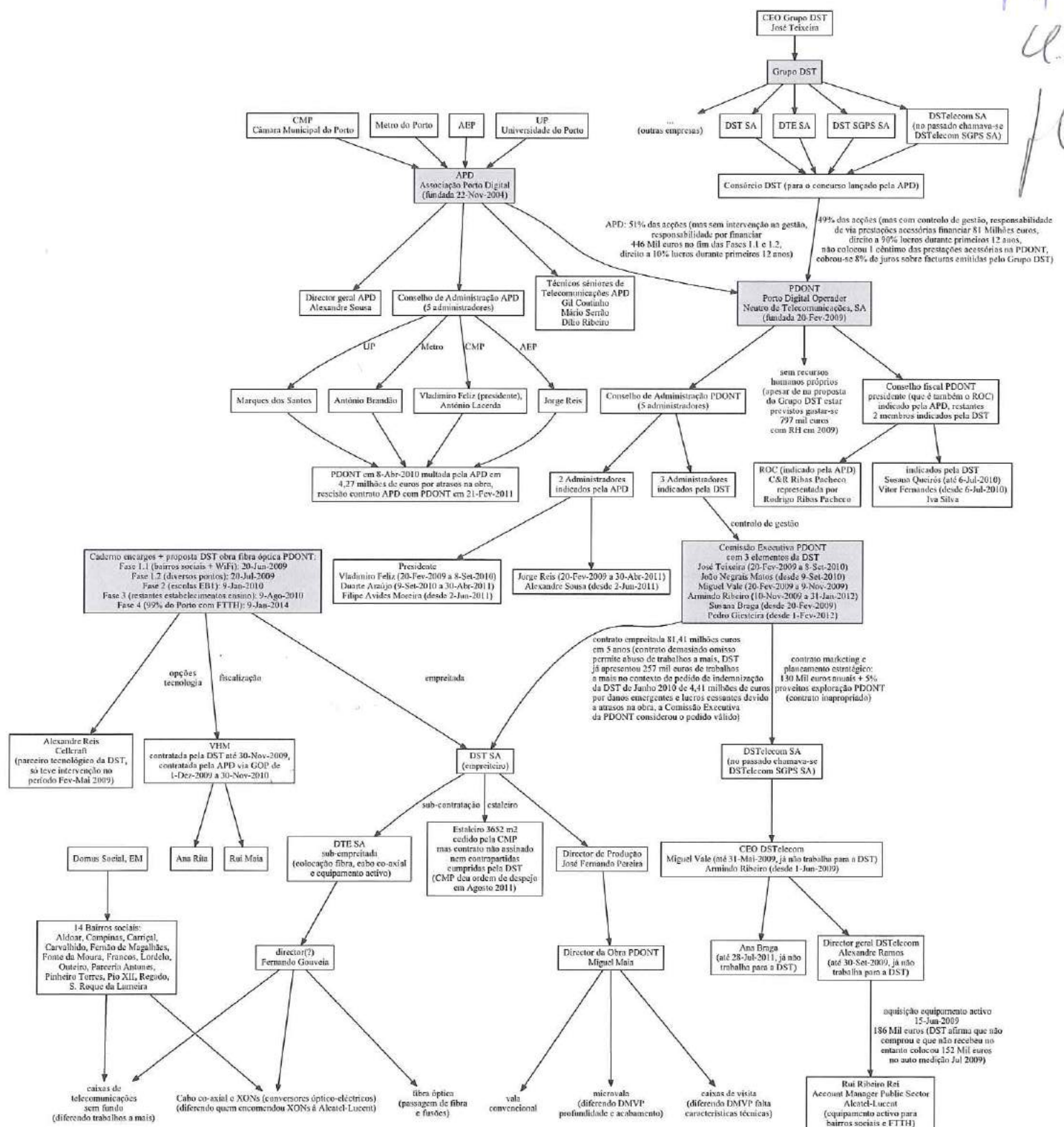


Figura 1.7: Diagrama com as principais entidades, pessoas, relações e diferendos no âmbito da Porto Digital Operator Neutro de Telecomunicações, SA.


expansão e exploração da rede de telecomunicações da cidade do Porto. Em 10 de Maio 2012 o TAF do Porto proferiu a sentença, o tribunal considerou-se incompetente em *razão do território* (Porto em vez de Braga), e remeteu o processo para o TAF de Braga. Em 5 de Julho 2012 o TAF de Braga deu uma sentença a favor da APD;

4. Acção colocada pela PDONT contra o Conselho de Administração da APD em 25 de Maio 2011 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 1305/11.0BEPRT, tem como objectivo a suspensão da eficácia da rescisão do contrato de delegação de tarefas de expansão e exploração da rede de telecomunicações da cidade do Porto. Esta acção ainda não teve desenvolvimentos;
5. Acção colocada pelo Grupo DST em 30 de Dezembro 2011 no centro de arbitragem comercial do Instituto de Arbitragem Comercial do Porto, tem como objectivo responsabilizar a APD pelo falhanço do projecto, e pedir uma indemnização de 18,77 milhões de euros por perdas e danos. Dado não ter havido acordo entre as partes na nomeação do árbitro presidente, este foi seleccionado pelo centro de arbitragem. O Grupo DST contestou essa selecção, em 20 de Julho 2012 o centro de arbitragem recusou a argumentação do Grupo DST e manteve a nomeação do árbitro presidente;
6. Acção colocada em 2011 pelo Grupo DST contra o director geral da APD por *ofensa a pessoa colectiva*, processo nº 1931/11.8TABRG do Tribunal Judicial de Braga e processo nº 14951/11.3TDPRT do Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) do Porto. Até ao momento o principal desenvolvimento que se conhece foi o DIAP ouvir um conjunto de testemunhas.

No que se refere ao processo colocado pelo Grupo DST contra a APD no Instituto de Arbitragem Comercial do Porto a APD não efectuou nenhuma provisão dado que considera completamente inapropriado esse pedido de indemnização. Note-se que:

1. Até à data o Grupo DST cobrou-se à PDONT mais de 1 milhão de euros de juros que nunca deveria ter cobrado, juros esses causados por o Grupo DST não ter colocado na PDONT nenhuma das prestações acessórias com que se tinha comprometido;
2. O Grupo DST encomendou equipamento de telecomunicações e evitou pagá-lo negando ter efectuado a encomenda do equipamento (isso apesar de apresentar a despesa num auto de medição);
3. O Grupo DST premeditadamente não entregou a informação com as características técnicas das caixas de visita de modo a poder “*parar a obra*” e eventualmente poder rescindir o contrato usando a cláusula 9ª Ponto 1-b) do Caderno de Encargos (pág. 245 processo administrativo PDONT);
4. Como resposta às multas aplicadas pela APD o empreiteiro DST pediu à PDONT um conjunto de indemnizações que acabaram por totalizar 5,85 milhões de euros por danos emergentes e lucros cessantes, e a comissão executiva da PDONT (constituída exclusivamente por elementos da DST) concluiu que o empreiteiro tinha razão;
5. O Grupo DST criou um contrato inapropriado de marketing e planeamento estratégico com a DSTelecom, com efeitos retroactivos, sem informar os membros do conselho de administração da PDONT (isto é, sem informar a APD), contrato esse que para além de ter um valor anual de 130 mil euros incluía a transferência de 5% dos resultados operacionais da PDONT para a DSTelecom por transferência de know-how da DSTelecom para a PDONT (uma empresa *sem recursos humanos próprios*);
6. O Grupo DST criou um contrato de empreitada muitíssimo omissivo o que lhe permitiu cobrar cerca de um quarto de milhão de euros de trabalhos a mais;

A
M
U
J

- 
7. O Grupo DST solicitou à APD que pedisse à CMP um espaço para o estaleiro da obra, a CMP emprestou o espaço contra uma contrapartida de reparação da casa existente no local, a PDONT não assinou o contrato de arrendamento nem reparou a casa e usou durante 2 anos o espaço sem reduzir ao montante de 6 milhões de euros previstos para o estaleiro da obra, mesmo quando a obra se encontrava praticamente parada cobrava-se mensalmente mais de 100 mil euros de custos de estaleiro;
 8. O Grupo DST manipulou de uma forma sistemática o texto das actas do Conselho de Administração da PDONT de modo a tentar demonstrar que a APD aceitou alterações ao contrato (nomeadamente ao nível da ligação à rede de 100% do ensino público e privado até 10 de Agosto 2010);
 9. O Grupo DST prometeu colocar 81 Milhões de euros de prestações acessórias e não colocou um cêntimo, apresentou preços de empreitada superiores ao dobro dos preços do mercado (aceites pela APD já que o financiamento era do Grupo DST), tentou obter financiamento externo do BEI que concluiu ser impossível dado que os preços de construção eram excessivos, e a partir daí decidiu não cumprir o contrato;
 10. Por fim, no que diz respeito a este processo específico, em 1 de Fevereiro 2012 a APD entregou no Centro de Arbitragem Comercial do Instituto de Arbitragem Comercial do Porto a sua resposta. Contestou que o tribunal tivesse competência dado que o acordo parassocial (o único que mencionava o recurso ao tribunal arbitral) não era ao contrário do afirmado pela DST o contrato “chapéu”; sugeriu que se isso não fosse aceite que pelo menos o Tribunal Arbitral esperasse pelo resultado dos processos a correrem no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto; e contestou a argumentação da DST, tendo nomeadamente tomando como base a documentação disponibilizada pela DST demonstrando que a DST nunca pediu à Anacom uma licença para o uso de WiFi (o que por si só impedia a Fase 1 de estar concluída), e que havia um erro superior a 32 milhões de euros na pretensa documentação de suporte a uma candidatura ao financiamento pelo BEI. Note-se que na opinião da APD este erro foi premeditado, já que aparentemente o Grupo DST considerou que somente dessa forma tinha alguma hipótese de ser financiado pelo BEI, e que a sua existência ia representar uma dívida extra da PDONT ao Grupo DST no valor de 32,83 milhões de euros a que é necessário somar 5,85 milhões de euros de pedidos de indemnização do empreiteiro DST aceites pela Comissão Executiva da PDONT.

1.10 Outras informações relevantes

As demonstrações financeiras da Associação reflectem um crédito a seu favor sobre a sua Associada, a Câmara Municipal do Porto, no valor de 497 833.96 € (quatrocentos e noventa e sete mil oitocentos e trinta e três euros e noventa e seis cêntimos), resultante do acerto do saldo final relativo ao projecto Porto Digital nº 001/8.1/C/NOR em consequência da não execução, por parte da Câmara Municipal do Porto, dos sub-projectos da sua responsabilidade nos moldes inicialmente previstos e aprovados. Efectivamente este montante diz respeito ao valor de adiantamentos que a Câmara Municipal do Porto recebeu da Associação Porto Digital, e que aquela deverá devolver em consequência da supra referida não execução. Mais se anota que face a essa não realização a Associação Porto Digital se substituiu à Câmara Municipal do Porto na execução dos mesmos, tendo por isso que reaver o referido montante, o qual já foi formalmente reclamado em 25 de Junho 2012.

1.11 Conclusão

Estando concluído o projecto Porto Digital a APD iniciou o desenvolvimento de novos projectos com a Câmara Municipal do Porto (DMSI, DMEJ, DMFP, DMC, DMT, GEP), com a SRU (Morro da Sé e Mouzinho Flores), e com a Área Metropolitana do Porto (iPorto e área da educação).

A Cidade das Profissões continuou a funcionar de uma forma autonomizada (processo iniciado em 2008), reforçou-se a equipa técnica, redefiniu-se a missão e a divulgação do projecto e fomentou-se contactos com potenciais parceiros. Em finais de 2011 iniciou-se o processo com vista à passagem do projecto Cidade das Profissões da APD para a tutela da Fundação Porto Social.

A componente de telecomunicações da APD foi autonomizada no início de 2009, o processo falhou por responsabilidade do parceiro privado seleccionado, tendo em 2011 a APD retomado o controlo e o desenvolvimento deste projecto da criação na cidade do Porto de um operador neutro de telecomunicações.

No âmbito das sanções contratuais aplicadas à sociedade PDONT por incumprimento dos prazos de execução do projecto foi emitida à PDONT a nota de débito nº 95 no montante de 4.272.624,96 € (quatro milhões, duzentos e setenta e dois mil e seiscentos e vinte e quatro euros e noventa e seis cêntimos), estando a APD a fazer todas as diligências no sentido do seu recebimento. Tendo em atenção o princípio da prudência foi reconhecida uma imparidade de crédito sobre a empresa PDONT, SA, devido ao litígio sobre a anulação desta sanção contratual (acção colocada pela PDONT contra o Conselho de Administração da APD em 19 de Novembro 2010 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 3325/10.3BEPRT).

Neste momento está-se a procurar fontes alternativas e complementares de financiamento que permitam à Associação Porto Digital reforçar a capacidade de actuação durante 2012. O objectivo é que dentro do prazo de dois anos se encontre equilibrada a situação económico-financeira da APD.

Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social

A Associação Porto Digital não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

Proposta de Aplicação de Resultados

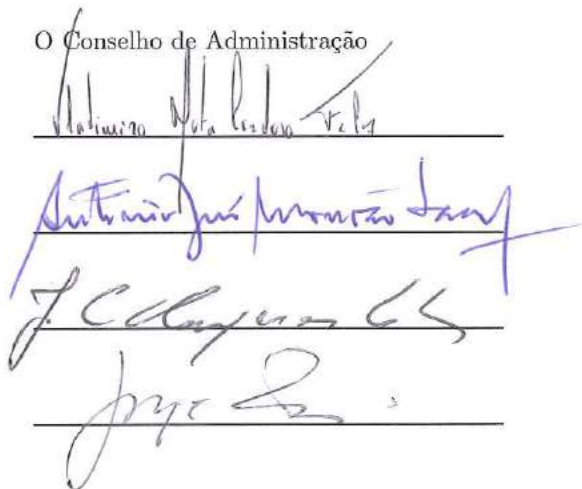
O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o Resultado Líquido positivo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, no montante de 145 184,06 €, tenha a seguinte aplicação:

- Para *Resultados Transitados* o montante de 145 184,06 € (cento e quarenta e cinco mil e cento e oitenta e quatro euros e seis cêntimos)

Para terminar, o Conselho de Administração agradece o apoio do ROC, bem como a colaboração das entidades bancárias e oficiais que conosco colaboraram.

Porto, 31 de Julho de 2012

O Conselho de Administração



The image shows three handwritten signatures in blue ink, each written over a horizontal line. The signatures are: 1. A signature that appears to be 'António José...' 2. A signature that appears to be 'J. Caldeira...' 3. A signature that appears to be 'João...'.

Moeda: EUR
Unidade: Euros
Contribuinte: 506838730

Balanço

Rubricas	Notas	2011	2010
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	1.543.481,94	1.558.879,09
Activos Intangíveis	6	2.433,93	481,56
Participações financeiras (método do custo)	5/8	0,00	0,00
Subtotal		1.545.915,87	1.559.360,65
Activo corrente			
Clientes	15	515.473,96	45.456,00
Outras contas a receber	15	227.303,43	208.865,67
Diferimentos	15	17.823,87	40.081,97
Caixa e depósitos bancários	4/15	33.719,65	13.031,08
Subtotal		794.320,91	307.434,72
Total do activo		2.340.236,78	1.866.795,37
Fundo Social e Passivo			
Fundo Social			
Fundo realizado	15	45.000,00	45.000,00
Outras reservas	15	15.696,27	15.696,27
Resultados transitados	15	479.034,86	268.401,82
Outras variações de fundo social	12	934.070,29	1.181.946,52
Subtotal		1.473.801,42	1.511.044,61
Resultado líquido do exercício		145.184,06	-287.200,92
Total do fundo social		1.618.985,48	1.223.843,69
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	15	118.178,15	59.349,61
Estado e outros entes publicos	15	33.971,09	32.587,39
Financiamentos obtidos	15	315.000,00	405.000,00
Outras contas a pagar	15	242.270,06	132.150,68
Diferimentos	15	11.832,00	13.864,00
Subtotal		721.251,30	642.951,68
Total do passivo		721.251,30	642.951,68
Total do fundo social e do passivo		2.340.236,78	1.866.795,37

O Conselho de Administração

António Pedro Cardoso
J. C. Alves dos Reis
J. J. L.
António José Monteiro

O Técnico Oficial de Contas

B. L.

Moeda: Unidade:
EUR Euros
Contribuinte: 506838730

Demonstração de resultados por naturezas

Conta		Rendimentos e Gastos	Notas	2011	2010
Pos	Neg				
71/72		Vendas e serviços prestados	11	74.920,96	58.200,00
75		Subsídios à exploração		1.383.799,75	749.592,73
785	685	Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conj.		0,00	0,00
73		Variação de Inventários na produção		0,00	0,00
74		Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
	62	Fornecimentos e serviços externos		-644.313,56	-516.936,59
	63	Gastos com pessoal	16	-573.787,01	-573.150,98
7622	652	Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
7621	651	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-10.000,00	-4.272.624,96
763	67	Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
7623/4; 7627/8	653/4; 657/8	Imparidade de activos não depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	-25.500,00
77	66	Aumentos / Reduções de justo valor		0,00	0,00
781/4; 786/8		Outros rendimentos e ganhos	12	294.565,62	4.656.761,59
	681/4; 686/8	Outros gastos e perdas		-24.780,95	-1.442,44
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos				500.404,81	74.899,35
781	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6/7	-338.420,70	-351.313,02
7625/6	655/6	Imparidade de activos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)				161.984,11	-276.413,67
79		Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
	69	Juros e gastos similares suportados		-16.800,05	-10.787,25
Resultado antes de impostos				145.184,06	-287.200,92
812		Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período				145.184,06	-287.200,92
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) inc. no resultado líquido do período					
Resultado líquido do período atribuível: (*)					
Detentores do capital da casa mãe					
Interesses minoritários					
Subtotal					
Resultado por acção básico					

(*) esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

O Conselho de Administração

Mediniso Mota Cardoso

J. C. Lopes

António José Gonçalves

José Luis

O Técnico Oficial de Contas

[Assinatura]

Moeda: EUR
Unidade: Euros
Contribuinte: 506838730

Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Directo)

Rubricas	Notas	2011	2010
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Recebimentos de Clientes		110.952,00	250.863,60
Pagamentos a Fornecedores		-582.052,62	-505.321,66
Pagamentos ao Pessoal		-561.323,75	-567.471,23
Caixa geradas pelas operações		-1.032.424,37	-821.929,29
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional		1.392.998,65	860.494,90
Fluxos das actividades operacionais (1)		360.574,28	38.565,61
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-232.332,90	-113.017,93
Activos Intangíveis		-752,76	-722,30
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Subtotal		-233.085,66	-113.740,23
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Subtotal		0,00	0,00
Fluxos das actividades de investimento (2)		-233.085,66	-113.740,23
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		120.000,00	695.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Subtotal		120.000,00	695.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-210.000,00	-625.000,00
Juros e gastos similares		-16.800,05	-10.787,25
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Subtotal		-226.800,05	-635.787,25
Fluxos de actividades de financiamento (3)		-106.800,05	59.212,75
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		20.688,57	-15.961,87
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		13.031,08	28.992,95
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	33.719,65	13.031,08

O Conselho de Administração

Handwritten signatures in blue ink:
 1. A signature starting with 'Vitorino...' (likely Vitorino M. da Costa).
 2. A signature starting with 'J. C. ...'.
 3. A signature starting with 'António ...'.
 4. A signature starting with 'Jorge ...'.

O Técnico Oficial de Contas

Handwritten signature in blue ink:
 A large, stylized signature.

Moeda: EUR
Unidade: Euros
Contribuinte: 508939730

Demonstração das alterações no fundo social no período 2011

DESCRIÇÃO	Fundo social atribuído aos detentores do capital da empresa										Total	Ingressos minoritários	Total do Fundo Social			
	NOTAS:	Capital realizado	Reservas legais	Reservas estatutárias	Reservas de reserva	Reservas de reserva	Reservas de reserva	Reservas de reserva	Reservas de reserva	Reservas de reserva				Reservado liquido do período		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011	6	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.696,27	268.401,82	0,00	1.181.946,22	-287.200,92	1.223.843,69	1.223.843,69	0,00	1.223.843,69	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																
Alterações de políticas contabilísticas																
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis																
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações																
Ajustamentos por impostos diferidos																
Outras alterações reconhecidas no fundo social								210.633,04		-247.876,23	287.200,92	249.957,73	249.957,73		249.957,73	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210.633,04	0,00	-247.876,23	287.200,92	249.957,73	249.957,73	0,00	249.957,73	
RESULTADO INTEGRAL	8										145.184,06	145.184,06	145.184,06		145.184,06	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	9+9.1										432.384,98	395.141,79	395.141,79	0,00	395.141,79	
Realizações de capital																
Realizações de prémios de emissão																
Distribuições																
Entradas para cobertura de perdas																
Outras operações																
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2011	10	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.696,27	479.034,86	0,00	934.070,29	145.184,06	1.518.995,48	1.518.995,48	0,00	1.518.995,48	

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração

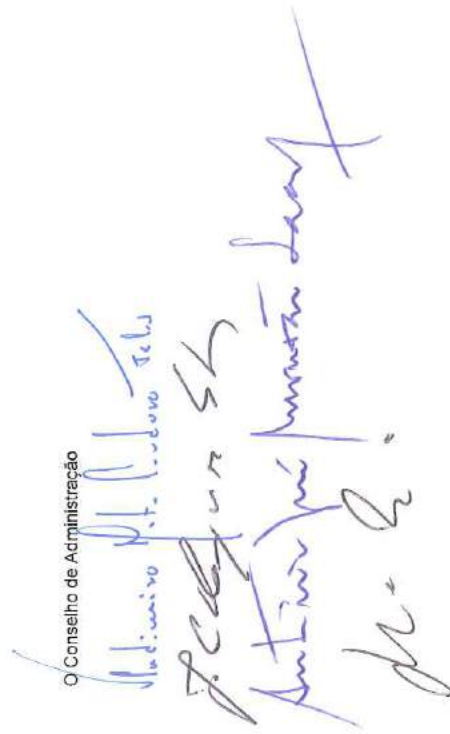


Moeda: Unidades:
EUR Euros
Contribuinte: 506838730

Demonstração das alterações no fundo social no período 2010

DESCRIÇÃO	Fundo social atribuído aos detentores de capital da empresa													Total	Interesses minoritários	Total do Fundo Social					
	Capital realizado	Reservas próprias	Reservas próprias	Reservas próprias	Reservas próprias	Reservas próprias	Reservas próprias	Reservas próprias	Reservas próprias	Reservas próprias	Reservas próprias	Reservas próprias	Reservas próprias				Reservas próprias	Reservas próprias	Reservas próprias	Reservas próprias	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010	1	45.000,00																1.512.692,21	0,00	1.512.692,21	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																					
Alterações de políticas contabilísticas																					0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																					0,00
Realização de excedente de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis																					0,00
Excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações																					0,00
Ajustamentos por impostos diferidos																					0,00
Outras alterações reconhecidas no fundo social																					-301.637,60
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2	0,00																			0,00
RESULTADO INTEGRAL	3																				-287.200,92
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	4-2+3																				-588.838,52
Realizações de capital																					0,00
Realizações de prémios de emissão																					0,00
Distribuições																					0,00
Entradas para cobertura de perdas																					0,00
Outras operações																					0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2010	5	0,00																			0,00
	6-1+2+3+5	45.000,00																			1.223.853,69

O Técnico Oficial de Contas



 António José Pereira de Azevedo

O Técnico Oficial de Contas



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011



1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade

Associação Porto Digital

Sede

Rua das Flores, 152, no Porto

NIPC

506838730

Natureza da actividade

A Associação Porto Digital (APD) foi constituída em 22 de Novembro de 2004, com o objetivo de “promover a criação de uma comunidade digital, congregando todos os agentes no sentido do desenvolvimento sustentado dos eixos sociais, económicos e culturais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos e para a evolução para uma Sociedade da Informação e do Conhecimento, que possa estar ao alcance de todos.”

O Projeto Porto Digital 001/8.1/C/NOR foi o primeiro projeto coordenado e parcialmente executado pela APD (orçamento aprovado de 9.127.000,00 € dos quais 9.070.967,69 € das despesas apresentadas foram consideradas elegíveis). Esteve em execução de 2005 a 2009, englobando seis categorias de subprojetos:

- INF - Subprojetos de Infraestrutura - para fornecimento dos serviços básicos do Porto Digital. Incluiu a criação de uma rede de telecomunicações baseada em fibra ótica e a criação de um data center.
- DIN - Subprojetos de Dinamização - incluiu a produção e disponibilização de conteúdos didáticos, científicos, informativos, turísticos, lúdicos e culturais, e a promoção da acessibilidade à sociedade da informação de todos os estratos sociais (massificação).
- ACE - Subprojeto de Acessibilidades - colocou em locais emblemáticos da cidade do Porto pontos de acesso gratuito à Internet e aos serviços disponibilizados pelo Porto Digital.
- GOV - Subprojectos de e-Government - abrangendo a reformulação dos processos administrativos, a desmaterialização de processos, e a adição de transparência ao governo local.
- SEC - Subprojetos sectoriais - que representaram uma intervenção ao nível de uma área sectorial, neste caso ao nível do emprego, da economia, do imobiliário e da cultura. Pretendeu-se assim a modernização do tecido económico e o aumento da competitividade através de acções de cooperação empresarial, investigação e desenvolvimento, atracção do investimento, aumento da produtividade e aumento do emprego qualificado.
- COO Subprojeto de Acompanhamento e Gestão - que permitiu coordenar e gerir os esforços de modo a aproveitar sinergias e garantir que os objectivos propostos fossem atingidos.

O anexo, visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adoptadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e Relato Financeiro.

Todos os valores apresentados estão expressos em euros

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os exercícios até e incluindo o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a Associação preparou as suas demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com o Plano Oficial de Contas (POC). Decorrente da aprovação do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho e demais legislação complementar bem como pelo Decreto-Lei nº.36- A/2011, de 9 de Março, que aprovou o regime da normalização contabilística para entidades do sector não lucrativo, as demonstrações financeiras do exercício foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.



3.2 ACTIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao activo fluam para a Associação, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

Os activos sem vida útil definida não estão sujeitos a amortização.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que a Associação demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações de um activo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o modelo de consumo dos benefícios económicos. Quando o referido modelo não puder ser determinado, após o início de utilização dos bens, utiliza-se o método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

3.3 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	N.º de Anos	Taxa de Amortização
Instalações de água, electricidade, ar comprimido, refrigeração e telefónicas	10	10%
Aparelhagem, máquinas electrónicas e de reprodução de som	5	20%
Computadores	3	33%
Aparelhos telemóveis	5	20%
Mobiliário	8	13%

O processo de depreciação inicia-se no ano em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes activos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

3.4 ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS (NCRF 8)

Não aplicável.

3.5 LOCAÇÕES (NCRF 9)

Não aplicável.

3.6 CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NCRF10)

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos do período em que incorreram.



3.7 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (NCRF11)

Não aplicável.

3.8 IMPARIDADE DE ACTIVOS (NCRF 12)

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, deve ser reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.9 INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS (NCRF13)

Os investimentos em Entidades conjuntamente controladas e associadas (participações superiores a 20%) são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do Capital próprio dessas Entidades, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

3.10 CONCENTRAÇÃO DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS (NCRF 14)

Não aplicável.

3.11 INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (NCRF 15)

Não aplicável.

3.12 EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS (NCRF16)

Não aplicável.

3.13 AGRICULTURA (NCRF 17)

Não aplicável.

3.14 INVENTÁRIOS (NCRF 18)

Não aplicável.

3.15 CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO (NCRF 19)

Não aplicável.

3.16 RÉDITO (NCRF 20)

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

3.17 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES (NCRF 21)

Não aplicável.

3.18 SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO (NCRF 22)

Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários pelo justo valor, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos Resultados na parte proporcional dos gastos suportados.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de activos tangíveis e intangíveis são registados no Fundo Social e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respectivas dos activos subsidiados.

3.19 EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (NCRF 23)

Não aplicável.

3.20 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)

Não aplicável.

3.21 MATÉRIAS AMBIENTAIS (NCRF 26)

Não aplicável.

3.22 INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Cientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As Perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Associação Porto Digital tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente.

Periodizações

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras Contas a Receber e a Pagar e Diferimentos.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

3.23 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (NCRF 28)

A Associação atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, subsídio de alimentação, de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

Juizes de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das Demonstrações Financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Associação.

Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

4. Fluxos de caixa

Todos os meios existentes em caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de Caixa e em Depósitos Bancários:

Quantia escriturada e movimentos do período	Saldo inicial	Débito	Crédito	Saldo final
Caixa	158,07	1.836,68	1.855,68	139,07
Depósitos à ordem	12.873,01	1.650.154,23	1.629.446,66	33.580,58
Outros depósitos bancários				
Total de Caixa e Depósitos Bancários	13.031,08	1.651.990,91	1.631.302,34	33.719,65

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método directo, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos, obtidos pelos registos contabilísticos da Associação.

5. Partes relacionadas

5.1 Remunerações do pessoal chave da gestão

A Administração não é remunerada contudo consideramos importante informar as remunerações auferidas pelos órgãos sociais (entendidos como pessoal chave da gestão), no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011:

Remunerações 31-12-2011	Gerência/Cons. Administração	Fiscal Único/Cons. Fiscal	Assembleia Geral	Total
Vencimentos e Subsídio de férias	40.362			40.362
Subsídio de Natal	3.440			3.440
Total	43.802			43.802

5.2 Transacções entre partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2011, a Associação detinha os seguintes participações em Entidades associadas:

Entidades associadas	Sede	% Participação 31-12-2011
PDONT, SA	Porto	51,00%

Transacções e saldos pendentes entre associadas:

i) Quantia das transacções: 0,00 €

ii) Quantia dos saldos pendentes: 4.355.582,56 €. Sendo que 4.272.624,96 € são referentes à nota de débito n.º 107 emitida à PDONT em 2010 (sanção por incumprimento contratual) e que a APD está a fazer todas as diligências no sentido do seu recebimento.

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro, os saldos e as transacções efectuadas com partes relacionadas são os seguintes:

Contas a receber	31-12-2011
Entidades associadas	
PDONT, SA	4.355.582,56
Total	4.355.582,56

6. Activos intangíveis

Ver nota 3.

Durante o exercício em análise, o movimento ocorrido nos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

1 de Janeiro de 2011	Marcas e Licenças	Projetos de desenvolvimento	Total
Custo	722	100.954	101.676
Amortização acumulada e imparidade	240	100.954	101.194
Valor Líquido	482	0	482
31 de Dezembro de 2011			
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2011	482	0	482
Adições	3.289		3.289
Amortizações do exercício	1.337	0	1.337
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2011:	2.434	0	2.434
31 de Dezembro de 2011			
Custo	4.012	100.954	104.966
Amortização acumulada e imparidade	1.578	100.954	102.532
Valor Líquido	2.434	0	2.434
31 de Dezembro de 2010			
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2010	0	0	0
Adições	722		722
Amortização do exercício	240	0	240
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2010:	482	0	482
31 de Dezembro de 2010			
Custo	722	100.954	101.676
Amortização acumulada e imparidade	240	100.954	101.194
Valor Líquido	482	0	482

7. Activos fixos tangíveis

Ver nota 3.

A mensuração inicial dos activos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo.

As depreciações destes activos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 2005 e 31 de Dezembro de 2009 e/ou no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no ano em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

Apresenta-se, no quadro seguinte, um resumo da valorização das várias classes de activos fixos tangíveis:

Ativos Fixos Tangíveis	Outras Construções	Equipamento Básico e de transporte	Equipamento Administrativo e Biológico	Outros Activos Fixos Tangíveis	Total
1 de Janeiro de 2011					
Valor de aquisição ou reavaliado	338.366	4.835.272	71.229	5.977	5.250.843
Depreciação acumulada	163.188	3.628.565	48.128	4.184	3.844.065

Valor Líquido	175.178	1.206.706	23.101	1.793	1.406.778
31 de Dezembro de 2011					
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2011	175.178	1.206.706	23.101	1.793	1.406.778
Aquisições		248.842			248.842
Transferências de em curso		208.061			208.061
Regularizações		1.229			1.229
Depreciação do exercício	32.159	296.254	6.696	745	335.854
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2011	143.019	1.366.127	16.405	1.048	1.526.598
31 de Dezembro de 2011					
Valor de aquisição ou reavaliado	338.366	5.290.945	71.229	5.977	5.706.517
Depreciação acumulada	195.347	3.924.819	54.824	4.929	4.179.919
Valor Líquido	143.019	1.366.127	16.405	1.048	1.526.598
31 de Dezembro de 2010					
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2010	207.337	1.384.593	29.015	1.606	1.622.551
Aquisições	0	132.144	1.920	1.235	135.299
Depreciação do exercício	32.159	310.032	7.833	1.048	351.072
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2010	175.178	1.206.706	23.101	1.793	1.406.778
31 de Dezembro de 2010					
Valor de aquisição ou reavaliado	338.366	4.835.272	71.229	5.977	5.250.843
Depreciação acumulada	163.188	3.628.565	48.128	4.184	3.844.066
Valor Líquido	175.178	1.206.706	23.101	1.793	1.406.778

Ativos Fixos Tangíveis em Curso	Outras Construções	Equipamento Básico e de Transporte	Equipamento Administrativo e Biológico	Outros Activos Fixos Tangíveis	Total
1 de Janeiro de 2011					
Valor de aquisição ou reavaliado	0	152.101	0	0	152.101
Depreciação acumulada					0
Valor Líquido	0	152.101	0	0	152.101
31 de Dezembro de 2011					
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2011	0	152.101	0	0	152.101
Aquisições	0	72.844	0	0	72.844
Transferências		208.061			208.061
Depreciação do exercício					0
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2011	0	16.884	0	0	16.884
31 de Dezembro de 2011					
Valor de aquisição ou reavaliado	0	16.884	0	0	16.884
Depreciação acumulada					0
Valor Líquido	0	16.884	0	0	16.884
31 de Dezembro de 2010					
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2010	0	121.284	0	0	121.284
Aquisição de Subsidiária					0
Aquisições	0	30.817	0	0	30.817
Depreciação do exercício					0
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2010	0	152.101	0	0	152.101
31 de Dezembro de 2010					
Valor de aquisição ou reavaliado	0	152.101	0	0	152.101
Depreciação acumulada					0
Valor Líquido	0	152.101	0	0	152.101

8. Associadas

Em 31 de Dezembro de 2011 a Associação Porto Digital detém uma participação de 51% (25.500,00 €) na firma Porto Digital Operador Neutro de Telecomunicações, SA fundada em Fevereiro de 2009 com um capital social de 50.000,00 €, e com sede na Rua da Ponte Nova 70, 2º, 4050-485 Porto.

Os Capitais Próprios da nossa associada PDONT, S.A., referentes ao exercício de 2009 ascendem a cerca de -6.107.000,00 euros, tendo sido apenas aprovadas as contas em 2 de Junho de 2011. As contas referentes ao exercício de 2010 foram aprovadas em 28 de Julho de 2011, nessa altura os Capitais Próprios da PDONT, S.A., tinham-se reduzido para cerca de -9.071.000,00 euros.

A Associação Porto Digital exerceu durante o exercício de 2010 o seu direito indemnizatório por alegado incumprimento contratual da sua participada Porto Digital - Operador Neutro de Telecomunicações, SA, do qual resultaram proveitos contingentes a favor da Associação Porto Digital no valor de 4.272.624,96 €. A PDONT, SA interpôs uma acção administrativa especial para anular a sanção contratual.

9. Imparidade de activos

Movimentos ocorridos no período:

Perdas por imparidade	Reconhecidas nos resultados
Dívidas a receber	10.000

Foi reconhecida uma perda de imparidade em Dívidas a receber relacionada com Cauções e Garantias sobre a sociedade Imotipo – Investimentos Imobiliários, Lda. no valor de 10.000,00 euros, uma vez que, e apesar da insistência no passado para a devolução deste montante, a Associação Porto Digital não consegue garantir a sua restituição.

10. Provisão

Existem vários processos judiciais em curso entre a Associação Porto Digital e a PDONT, S.A.. Uma vez que não é possível efectuar uma estimativa fiável das quantias reclamadas nem tão pouco sobre o desfecho dos processos, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro n.º 21, a Associação Porto Digital não reconheceu qualquer provisão para o efeito.

A seguir identificam-se todos os processos existentes contra a APD:

- Acção colocada pela PDONT contra o Conselho de Administração da APD em 19 de Novembro 2010 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 3325/10.3BEPRT, tem como objectivo evitar o pagamento da sanção contratual de 4.272.624,96 euros;
- Providência cautelar colocada pelo Grupo DST contra o Conselho de Administração da APD em 29 de Março 2011 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 970/11.3BEPRT, tem como objectivo a suspensão da eficácia da rescisão do contrato de delegação de tarefas de expansão e exploração da rede de telecomunicações da cidade do Porto;
- Acção colocada pelo Grupo DST contra o Conselho de Administração da APD em 10 de Maio 2011 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 1472/11.3BEPRT, tem como objectivo a suspensão da eficácia da rescisão do contrato de delegação de tarefas de expansão e exploração da rede de telecomunicações da cidade do Porto;
- Acção colocada pela PDONT contra o Conselho de Administração da APD em 25 de Maio 2011 no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, processo nº 1305/11.0BEPRT, tem como objectivo a suspensão da eficácia da rescisão do contrato de delegação de tarefas de expansão e exploração da rede de telecomunicações da cidade do Porto;
- Acção colocada pelo Grupo DST em 30 de Dezembro 2011 no centro de arbitragem comercial do Instituto de Arbitragem Comercial do Porto, tem como objectivo responsabilizar a APD pelo falhanço do projecto, e pedir uma indemnização de 18,77 milhões de euros por perdas e danos;
- Acção colocada em 2011 pelo Grupo DST contra o director geral da APD por "ofensa a pessoa colectiva", processo nº 1931/11.8TABRG do Tribunal Judicial de Braga e processo nº 14951/11.3TDPRT do Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) do Porto.

11. Rédito

Ver Nota 3.

O rédito reconhecido no exercício findo a 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, apresenta a seguinte decomposição:

Rubricas	31-12-2011	31-12-2010
Vendas de Bens		
Prestação de Serviços	74.921	58.200
Juros		
Royalties		
Dividendos		

A rubrica de Prestações de Serviços corresponde ao valor das Quotas dos Associados e a serviços prestados, sendo o valor global de EUR 74.921.

12. Subsídios do Governo e apoios do governo

Ver Nota 3.

A rubrica *Subsídios no Fundo Social (59,3)* regista um saldo credor de 934.070,29 €, que corresponde ao subsídio recebido para Investimento, na parte que ainda não se encontra amortizado. Este saldo irá esgotar-se à medida que forem sendo consideradas as respectivas amortizações que pela sua variação são de 247.876,23 €, também contabilizadas na rubrica Outros Rendimentos e Ganhos em Imputação de Subsídios para Investimento.

Foram reconhecidos na Demonstração dos Resultados em *Subsídios à Exploração (75)* os valores recebidos da CMP ao abrigo dos Protocolos celebrados para comparticipação das despesas da APD.

13. Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 31 de julho de 2012.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

14. Impostos sobre o rendimento

A Associação encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

15. Instrumentos financeiros

Políticas contabilísticas

Ver Nota 3.

15.1 Clientes/Fornecedores/Outras Contas a Receber e a Pagar /Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas de Clientes/Fornecedores/Outras Contas a Receber e a Pagar e Pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Activo		
Clientes	515.473,96	45.456,00
Outras Contas a Receber	4.509.928,39	4.481.490,63
Imparidade das Contas a Receber	-4.282.624,96	-4.272.624,96
Total	742.777,39	254.321,67
Passivo		
Fornecedores	118.178,15	59.349,61
Outras Contas a Pagar	242.270,06	132.150,68
Total	360.448,21	191.500,29

**15.2 Estado e Outros Entes Públicos**

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de Estado e Outros Entes Públicos apresentava a seguinte decomposição:

Estado e outros entes públicos	31-12-2011	31-12-2010
Passivo		
Imposto sobre o rendimento		
Retenção de impostos sobre rendimentos	8.521,92	9.442,92
Imposto sobre o valor acrescentado	15.009,06	13.555,68
Outros impostos		
Contribuições para a segurança social	10.440,11	9.588,79
Tributos das autarquias locais		
Outras tributações		
Total	33.971,09	32.587,39

15.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	31-12-2011	31-12-2010
Activo		
Gastos a reconhecer		
Seguros Liquidados	5.802,92	5.524,00
Outros	12.020,95	34.557,97
Total	17.823,87	40.081,97
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Outros	11.832,00	13.864,00
Total	11.832,00	13.864,00

15.4 Caixa e Depósitos Bancários

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de Caixa e Depósitos Bancários apresentava a seguinte decomposição:

Caixa e Depósitos Bancários	31-12-2011	31-12-2010
Activo		
Caixa	139,07	158,07
Depósitos à ordem	33.580,58	12.873,01
Outros depósitos bancários		
Total	33.719,65	13.031,08

15.5 Financiamentos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de Financiamentos Obtidos apresentava a seguinte decomposição:

Financiamentos Obtidos	2011	2010
Empréstimos Bancários Correntes	315.000	405.000
Acções preferenciais remíveis		
Total	315.000	405.000

15.6 Fundo Social

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de Capital Próprio apresentava a seguinte decomposição:

Fundo social	31-12-2011	31-12-2010
Fundo social	45.000,00	45.000,00
Outras reservas	15.696,27	15.696,27
Resultados transitados	479.034,86	268.401,82
Excedentes de revalorização		
Outras variações no capital próprio	934.070,29	1.181.946,52
Total	1.473.801,42	1.511.044,61

Em 31 de Dezembro de 2011, o fundo da Associação, totalmente subscrito e realizado, tinha um valor nominal de 45.000,00 euros.

A identificação das pessoas colectivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Câmara Municipal do Porto _____ 33,33%
- Universidade do Porto _____ 33,33%
- Associação Empresarial Portugal _____ 33,33%

15.7 Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da Reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Associação. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Associação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a reserva legal não se encontrava totalmente constituída.

16. Benefício dos empregados

Ver Nota 3.

Gastos com pessoal

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica de Gastos com Pessoal:

Gastos com pessoal	31-12-2011	31-12-2010
Remunerações dos órgãos sociais		
Das quais: Participação nos lucros		
Remunerações do pessoal	473.112,20	476.494,37
Das quais: Participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego		
Prémios para pensões		
Outros benefícios		
Dos quais:		
Para planos de contribuições definidas - órgãos sociais		
Para planos de contribuições definidas - outros		
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	94.420,58	89.362,10
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	5.987,32	5.541,25
Gastos de acção social	202,91	967,37
Outros gastos com pessoal:		
Gastos com formação	64,00	785,89
Total de Gastos com Pessoal	573.787,01	573.150,98

17. Outras informações

Situação fiscal

A Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Situação contributiva

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



Operações que não estejam incluídas no balanço

Não se registaram operações que não estejam incluídas no balanço.

Porto, 31 de julho de 2012

O Conselho de Administração

André Luís Costa Cardoso
J. C. Lagoa
António José Monteiro
pro cur.

O Técnico Oficial de Contas

Berlino